



Ateliê de História

Palavras - chave:
História da morte,
jornalismo ponta-grossense,
sensacionalismo

Resumo: O presente trabalho analisa como a morte é representada no jornal *Diário dos Campos*, na coluna diária intitulada *Zona Franca*, no período de 1976-1978. Para isso, buscaram-se referências na tentativa de compreender a história da morte ao longo dos tempos, bem como verificar a maneira como o homem deu sentido à finitude. Por essa razão, foi necessário o diálogo com outras áreas como, por exemplo, a filosofia, a sociologia, a linguística, o jornalismo, a psicologia, dentre outras, presentes no desenvolvimento teórico. Através da análise de alguns recortes de jornais, a partir de títulos e textos, a pesquisa consiste em entender o que vem a ser esse escrachamento da finitude.

AS MARCAS DA VIOLÊNCIA A PARTIR DA REPRESENTAÇÃO DA MORTE NA COLUNA ZONA FRANCA: O ESCRACHAMENTO DA FINITUDE NO JORNALISMO SENSACIONAL (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1976-1978)

Alvaro Daniel Costa ¹
Niltonci Batista Chaves²

“O que não provoca minha morte faz com que eu fique mais forte.”
(Friedrich Nietzsche)

INTRODUÇÃO

A morte quase sempre foi um assunto polêmico³, pois o ser humano percebe que ele é finito e que esta é a única certeza na sua vida. João José Reis (1991, p. 73) no livro *A morte é uma festa*, cita Freud ao afirmar de modo categórico que “o objetivo derradeiro da vida é sua própria extinção”. Norbert Elias (2001) lembra que não é a morte, mas o conhecimento sobre ela que cria problemas para os seres humanos, uma vez que nada se sabe dela, tornando-se um problema para o homem.

A questão do morrer é pensada de modos diferentes nas mais diferentes culturas. Reis (1991, p. 73) aponta para o fato de que recentemente os historiadores têm se preocupado em estudar a diversidade regional e as mudanças no tempo diante da morte. Por essa razão, um dos vieses deste projeto é compreender como a morte é pensada na imprensa ponta-grossense.

A morte quase sempre foi uma das principais pautas dos jornais, seja em alguma notícia sobre violência, sobre famosos e ilustres que morreram, seja o suicídio de algum desconhecido, etc. Ao longo da história do jornalismo, o tratamento dispensado pela mídia ao tema da morte se modificou textualmente, visualmente e esteticamente. O modo como a morte é retratada é um acontecimento para o jornal, uma vez que ela passa a ser um produto, ou seja, através dela vende-se jornal.

A questão da finitude faz parte do imaginário do ser humano e desde a antiguidade existe uma preocupação com os mortos. A morte é caracterizada pela incerteza, pelo mistério e pelo medo. De acordo com Rodrigo Feliciano Caputo (2008, p. 73), “todos esses atributos da morte desafiaram e desafiam

1 Graduado em História. Mestrando em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: alvarominogue@hotmail.com

2 Orientador. Doutor em Educação (UEPR). Professor do Departamento de História e do Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

3 Norbert Elias, na obra *A solidão dos moribundos*, reflete que, na contemporaneidade, o tabu é maior na morte do que em relação ao sexo. “Nesse meio tempo, o segredo que estava na esfera sexual diminuiu. Para pais e professores tornou-se possível, em certa medida dependendo da idade, falar com as crianças sobre problemas sexuais sem ter que quebrar tabus sociais ou ter que enfrentar barreiras da vergonha pessoal e embaraço” (ELIAS, 2001, p. 51). Quanto à morte, Elias observa que ainda há uma resistência ao tratar da morte e até mesmo em mencioná-la. Para o autor, o problema da morte é especialmente difícil de resolver porque “os vivos acham difícil identificar-se com os moribundos” (p. 9) ou mortos. Ariès (1977, p. 210) revela que hoje “é vergonhoso falar de morte e do dilaceramento que provoca, como antigamente era vergonhoso falar de sexo e de seus prazeres”.

as mais distintas culturas, as quais procuraram respostas nos mitos, na filosofia, na arte e nas religiões, buscando assim pontes que tornassem compreensível o desconhecido a fim de remediar a angústia gerada pela morte”. Ao longo do espaço e do tempo, as representações da morte sofreram modificações, o que, segundo Caputo (p. 79), “pode ser observado no decorrer da história da humanidade”.

No jornalismo, as mudanças na divulgação do óbito no Brasil também são visíveis.

As crônicas policiais começaram a aparecer na década de 1910, entretanto, ganharam força na década subsequente⁴. No livro *História Cultural da Imprensa*, a autora Marialva Barbosa cita uma passagem do periódico *O Paiz* que critica os jornais daquele contexto afirmando que:

É corrente em certos jornais ilustrados do Rio a exibição de horrores. Qualquer crime ou acidente serve de pretexto para gravuras repelentes: crânios abertos, braços decepados olhos esgazeados e mãos crispadas pela dor. Se é demasiado consagrar a notoriedade dos criminosos pela divulgação do retrato – a não ser nos casos que tal publicidade auxilie a ação policial – não se compreende essa maneira de interessar os leitores. Que sadismo barato esse que se pretende atribuir ao nosso público! (*O Paiz*, 2 de novembro de 1916, p. 2).

Dessa maneira, nota-se que essas narrativas eram bem divulgadas nos impressos e também seduziam o leitor. Por isso o título jornalístico de **sensações**, porque despertava para os sentidos humanos que afluíam na leitura de cada texto. Já os anos 1970 são considerados como novo sensacionalismo. Por essa razão, o foco de pesquisa é analisar como a morte foi construída discursivamente na coluna intitulada *Zona Franca*⁵ do jornal *Diário dos Campos*⁶, na década de 1970, em Ponta Grossa.

As referências teóricas que fundamentam este trabalho envolvem leituras sobre história da morte, história da imprensa, jornalismo sensacionalista e popular, jornalismo policial, valores-notícia, acontecimento, linguística, fatores interdisciplinares (relação interdisciplinar entre história e jornalismo e também outras abordagens do campo social), além da metodologia de pesquisa em jornais.

No artigo *Uma história dos sistemas de comunicação* (2010), Marialva Barbosa aborda a maneira de se pensar uma historiografia dos sistemas de comunicação em sua relação comunicação/história. Segundo a autora, para uma história da mídia, deve-se perceber o circuito da comunicação, sempre considerando a materialidade produzida, ou seja, o suporte⁷.

Barbosa (2007) esboça uma definição de história da comunicação quando relata que esta é a reconstrução, pelo ato interpretativo, das múltiplas mediações e de suas materializações em processos complexos. A relação história-comunicação é muito importante para entender as ações humanas no tempo.

Recuperar processos comunicacionais passados é pensar que são os atores sociais que constroem a história e que esses processos muitas vezes ficam materializados em diversos suportes midiáticos através dos discursos. Muitas narrativas perdidas no tempo são “iluminadas” pelo historiador, que vê nelas seu objeto de pesquisa na tentativa de descobrir aspectos gerais ou particularidades de determinados temas. Quando se estuda história da mídia é necessário que se compreenda a complementariedade entre elas enquanto teorias e discursos. Os suportes midiáticos são excelentes fontes para a história, pois revelam muito sobre aspectos de um determinado contexto social/cultural.

Dessa maneira, a problemática deste trabalho é: como a morte é pensada/ divulgada na coluna *Zona Franca* do jornal *Diário dos Campos*? De que maneira o jornalismo apresenta sua visão de finitude? Temos como escopo geral analisar a representação discursiva da morte na coluna *Zona Franca* do jornal *Diário dos Campos* no período de março de 1976 a março de 1978 e buscar entender as principais marcas do jornalismo de sensação a partir da divulgação de alguns casos, além de discutir a mudança na concepção de morte ao longo da história e como o jornalismo estabelece sua visão sobre esse tema.

Pouco se sabe sobre a construção do tema da morte nos periódicos ao longo dos anos em termos de pesquisa regional como, por exemplo, a cidade

4 Mesmo sendo de outro contexto (década de 10 do século XX), esse exemplo ilustra o começo da popularização da crônica policial no cotidiano dos jornais cariocas.

5 A coluna aparece pela primeira vez em 9 de março de 1976. Um aspecto relevante de seu discurso sensacionalista é o regionalismo empregado em determinados termos, muitos deles utilizados em tom de deboche, além da utilização de fotos e títulos impactantes.

6 Fundado em 27 de abril de 1907, o *Diário dos Campos* foi chamado de “O Progresso” até 1912. Em formato standart, suas edições circulam de terça a sábado, com o primeiro caderno de dez páginas, o segundo de quatro, e o Caderno de Classificados, cujo número de páginas varia conforme o volume de anúncios. Aos domingos, o jornal pode triplicar o número de páginas com o acréscimo de cadernos segmentados.

7 Entende-se aqui por suporte a materialização de algo, de um conteúdo: jornal impresso, rádio, TV, etc.

de Ponta Grossa. Partindo da premissa de que na década de 1970 houve uma “popularização” ou “es-crachamento” da morte através do jornalismo de Boletim de Ocorrência, surge a proposta de monografia que vislumbra perceber como o jornalismo construiu e divulgou as mortes na coluna *Zona Franca*. Também foi na década de 70 que a cidade crescia e consequentemente o número de mortes violentas também aumentava. A partir da análise dos três primeiros anos de surgimento da coluna, ou seja, 731 dias, a pesquisa visa ter uma noção de como essa forma de fazer jornalismo estabelece seu discurso sobre a temática da finitude.

Os jornais ditos “sensacionais”⁸ são reflexos da curiosidade, do horror e da piedade dos leitores. Ávidos pelo inusitado, é através dessas notícias (coluna policial) que muitos jornais podem inseri-los nesses ambientes com narrativas que entrecruzam o real e a fantasia. Os objetivos dessas crônicas, além de informar, eram convencer e seduzir o público.

Segundo Barbosa (2007), as páginas de sensação permitem a identificação singular do leitor, e isso se dá pela interação discursiva, ou seja, a maneira como o jornalista se reporta aos fatos, sendo a descrição a técnica mais utilizada. Chega-se até mesmo a mesclar atos fantasiosos para chamar a atenção do público leitor.

Por esta razão, o trabalho justifica-se no sentido de elucidar a construção jornalística sobre a morte e como ela permeia o imaginário social a partir de uma coluna policial. Estudar a história da imprensa se faz necessário uma vez que, de acordo com Marques de Melo (2006,

p. 227), o estudo historiográfico da imprensa é uma verdadeira mina de conhecimentos, “não somente como fonte de sua própria história, mas também das situações e acontecimentos os mais diversos”. Marques de Melo ainda pondera que: “a imprensa é como um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida pretérita” (p. 227).

Muito do que diz respeito à morte é também construído pela mídia, uma vez que a finitude é um produto vendável e que faz parte do cotidiano das pessoas. Este trabalho contribui no sentido de mostrar como esse assunto histórico é trabalhado pelo jornalismo. Ainda existem poucos trabalhos a res-

peito, e os que existem focam mais no aspecto de rotinas produtivas, estudos linguísticos, psicológicos, dentre outros. Até mesmo a historiografia não é vasta e contém poucos títulos acerca da temática.

A pesquisa começa com o levantamento de dados quanto à duração da coluna e sua periodicidade, além de verificar como são as representações da morte nos óbitos divulgados e a linguagem utilizada (análise de discurso). As fontes podem ser encontradas na Casa da Memória e no Museu Campos Gerais da cidade de Ponta Grossa. O primeiro procedimento metodológico consiste em fazer uma triagem das notícias mais importantes que apresentem como temática principal a morte.

Outro eixo temático é no que tange à construção discursiva, de modo a perceber como os léxicos aparecem na narrativa jornalística, pois o jornalismo policial é permeado pelas marcas de oralidade, o que torna primordial pensar no discurso do periódico.

A coluna *Zona Franca* surgiu em nove de março de 1976 e durou até setembro de 1990, data em que o jornal também foi extinto. Por se tratar de uma página policial, ela é disposta sempre na última página e com pequenas notas que formam no conjunto um grande espaço para as notícias de B.O.⁹. Sua periodicidade é diária e converge com o momento em que o jornalismo brasileiro se torna mais popularesco e sensacionalista, com matérias escrachadas que exploram os mais diversos tipos de violência, indo desde acidentes de carro, até homicídios, suicídios, crimes sexuais, etc. Nada era poupado na divulgação.

A base teórica será permeada por leituras que abordem a questão de como o conceito de morte foi construído ao longo da história. Além disso, algumas explicações do jornalismo poderão auxiliar na pesquisa, visto que este trabalho utilizará como fonte/suporte um periódico. A principal contribuição é em pensar no motivo de a morte pautar os periódicos. O morrer como um fenômeno social é noticiado por fazer parte do cotidiano dos sujeitos. Mesmo que muitos tipos de morte tenham um caráter privado, é um assunto vendável e de interesse público, ao mostrar a criminalidade, acidentes de trânsito por imprudência, falecimento de figuras políticas, dentre outras temáticas.

Apesar do foco do objeto ser a década de 1970, faz-se necessário compreender como surgiram as

8 O que Barbosa (2007) denomina de páginas de sensação

9 Boletim de ocorrência. Forma de texto breve dos inquéritos policiais.

notícias sobre tragédias na imprensa brasileira, bem como em que período isso se popularizou. Por essa razão, a leitura do jornalismo na década de 1920 também permitiu mergulhar em um tempo em que ocorreram transformações sociais, mudanças políticas e, é claro, na imprensa que estava cada vez mais presente no cotidiano dos leitores.

As notícias de sensações (conforme a nomenclatura utilizada por Marialva Barbosa) ilustram bem os horrores cotidianos explorados nas páginas policiais, o que, de certa forma, tem correlação com o que foi produzido na coluna *Zona Franca* do jornal *Diário dos Campos*, pois a década de 1970 é marcada pelo “novo sensacionalismo” do jornalismo denominado popular.

Outra contribuição teórica é de Rodrigo Feliciano Caputo (2008), autor do artigo *O Homem e suas representações sobre a morte*. O texto debate como a morte é representada nas culturas mesopotâmica, judaica, cristã, hindu e, de maneira especial, na cultura ocidental. Segundo Caputo (2008, p. 73), a morte é caracterizada “pelo mistério, pelo medo daquilo que não se conhece, pois os que experimentam não tiveram chances de relatá-la aos que aqui ficaram”.

Philippe Ariès, por ser um clássico, é um dos principais referenciais para a pesquisa proposta, pois *História da morte no Ocidente* (1977) torna-se uma leitura obrigatória para a discussão. Norbert Elias também contribui com a obra *A solidão dos Moribundos* (1982), de uma maneira crítica a Ariès, ao retomar alguns conceitos e explicar a morte por um viés histórico/social.

A história das mentalidades⁸ e a história cultural também entram como contribuições nos estudos sobre a finitude, pois discorrer sobre essa temática em uma pesquisa histórica é falar sobre como os sujeitos significam, ritualizam e interpretam esse momento que faz parte da sua existência.

O primeiro capítulo vai tratar das representações históricas da morte ao longo do tempo, a finitude no Brasil do século XIX e a medicalização da morte. Já o segundo capítulo, mediante a análise das fontes problematiza o modo como o jornalismo local constrói seu discurso acerca da morte.

IDEIAS GERAIS DAS REPRESENTAÇÕES HISTÓRICAS DA MORTE

O modo como o ser humano pensou e sentiu a morte se modificou ao longo do tempo. As principais diferenças se situam nos aspectos cultural, social e geográfico em que a finitude se circunscreve.

De acordo com José de Anchieta Corrêa (2008), o homem de Neanderthal já se preocupava com seus mortos e esse cuidado foi se transformando em rituais e pompas. O autor ainda explicita que nas sociedades arcaicas:

(...) existia uma consciência realista da morte, não uma consciência abstrata e idealizada. A morte, para eles, não era uma palavra cujo significado dominavam. Referiam-se à morte como “sono”, “um novo nascimento”, “doença”, “um malefício” ou “entrada no mundo dos antepassados”. Assim, não procuravam, nem evitavam, nem exaltavam a morte. O que lhes causava horror era a decomposição do cadáver (CORRÊA, 2008, p. 24).

Já na sociedade mesopotâmica, o morto era enterrado juntamente com seus pertences, como roupas, objetos de uso pessoal e até mesmo sua comida favorita. Os gregos tinham como característica a prática de cremar os corpos, e havia dois tipos de mortes: a dos comuns e anônimos e a dos heróis falecidos. No primeiro caso, eram cremados e enterrados coletivamente em valas, uma vez que eram vistos como simples mortais, enquanto que os mortos do segundo tipo eram levados à pira crematória, destinada para os grandes heróis.

Na sociedade romana, segundo Corrêa (2008, p. 26):

(...) mesmo convivendo com os mitos de outros povos, aqueles que viviam fora de suas fronteiras e por eles eram chamados de bárbaros, encaravam a morte com estoicismo¹¹, ou seja, com impassibilidade, respeito e coragem. Na Roma antiga, cada indivíduo, mesmo um escravo, tinha sua sepultura, muitas vezes marcada por uma inscrição.

Os hindus também incineravam os corpos, entretanto, seu objetivo era diferente, pois a intenção era fundir-se ao absoluto para que tivessem acesso ao Nirvana, ou seja, a paz originária. Na civilização cristã e para boa parte dos judeus, a morte era vista como uma passagem para outra dimensão: ou se transpunha para o eterno sofrimento (inferno) ou teria acesso ao eterno gozo dos bem-aventurados (paraíso).

10 Neste trabalho, ela foi necessária para compreender a visão geral das posturas do homem diante da morte.

11 Estoicismo é um movimento filosófico que surgiu na Grécia Antiga e que preza a fidelidade ao conhecimento, desprezando todos os tipos de sentimentos externos, como a paixão, a luxúria e demais emoções. Fonte: <http://www.significados.com.br/estoicismo>. Acesso em 22 set. 2015.

A finitude para a civilização ocidental tem inspiração grega e judaico-cristã (berço do pensamento ocidental). Na primeira Idade Média, a morte era “domesticada”, “familiar”, ou seja, havia certa intimidade entre morrer e o cotidiano da sociedade, a tal ponto que este fato era encarado como algo natural da vida. Era comum o doente terminal, apresentando o seu fim, realizar o ritual final, como por exemplo, despedir-se e quando necessário reconciliar-se com a família e com os amigos próximos, além de expor suas últimas vontades.

Na segunda Idade Média, principalmente depois do século XII, no lugar da certeza passa a reinar a incerteza. A igreja católica intermediaria o acesso da alma ao paraíso, e o julgamento final, de evento que ocorria nos Tempos Finais, passa a ser visto como um processo que aconteceria imediatamente após a morte. Esse processo ou resultaria na descida ao inferno (eterno sofrimento) ou na ascensão aos céus (na alegria ou descanso eterno) dependendo da conduta do moribundo. Ainda na baixa Idade Média, já não é mais legitimado chorar os mortos: “O corpo do morto antes tão familiar passa a se tornar insuportável e assim durante séculos o mesmo vai ser ocultado numa caixa sob um monumento, onde não é mais visível” (CAPUTO, 2008, p. 77).

Com o passar dos séculos, a morte passa a ser mais romantizada, e o homem torna-se mais complacente em relação a ela. O morrer é uma questão de ruptura, com uma radical separação entre vida e morte, e uma laicização desta. As igrejas deixam de ser o local de enterramentos, os quais passam a ser em cemitérios, marcando de vez a separação entre vivos e mortos. Não se deve deixar de mencionar que os sepultamentos deixam de ser anônimos e as sepulturas passam a ser individuais. No século XIX, o conceito de luto é ressignificado e a morte temida não é a de si mesmo, mas a do outro. A atitude dos homens perante a morte também muda no século XX, quando a morte se torna um tabu.

Caputo (2008, p. 78) relata que “já não se morre em seu domicílio, no meio dos familiares, mas sozinho no hospital”. O velório também deixa de ser feito em casa por questões de higiene e psicológicas para vivenciar a situação. Também é no século XX que se cria um tabu ligado à morte, já que se evita falar dela, pois “traz à consciência a ideia de nossa própria finitude” (p. 78). Os ritos passam a ser cada vez mais privados/discretos e em curto período de luto.

Para se compreender a morte e a relação com

a mídia com ela na maneira como é representada, faz-se pertinente verificar o conceito de representação. De acordo com Dominique Vieira Coelho dos Santos, no artigo *Acerca do Conceito de Representação* (2011), a palavra representação pode ter vários sentidos em português. Etimologicamente, trata-se de um vocábulo de origem latina que significa “tornar presente” ou “apresentar de novo”. A autora explica que somente a partir do século XVIII há uma ampliação do sentido e do uso do termo. Santos (2011, p. 29-30) revela que:

A expansão da palavra “repraesentare” começa nos séculos XIII e XIV, quando se diz que o papa e os cardeais *representam* a pessoa de Cristo e dos apóstolos. Um outro exemplo é o dos juristas medievais que começaram a usar o termo para personificar a vida coletiva. Desta forma, uma comunidade seria uma *persona non vera sed repraesentata*. Assim, a partir deste momento, o termo *representação*, passa a significar também “retratar”, “figurar” ou “delinear”. O termo passa a ser aplicado a objetos inanimados que “ocupam o lugar de” ou correspondem a “algo ou alguém”.

Ademais, Santos (2011, p.29-30) enfatiza que em teoria política

(...) o conceito de *representação* é encontrado pela primeira vez em 1651, em *O Leviatã* de Thomas Hobbes. Em meados do século XVIII, um escritor familiarizado com o direito romano e com o pensamento eclesiástico alegórico podia argumentar que o magistrado *representa* a imagem de todo o Estado. Ou seja, a *representação* de tipo alegórico ou imagético, que é oriunda de metáforas cristãs, é aplicada a um magistrado secular.

Ainda o autor (2011, p.29-30) encontra definições do aparecimento da palavra “*represent*” no Oxford English Dictionary datando possivelmente no final do século XIV. A partir de então, a palavra “repraesentare” passa a ser empregada cada vez mais de acordo com os desenvolvimentos de idéias representativas na teoria política.

Roger Chartier também aparece na reflexão de Santos (2011, p. 34), quando esta aponta que:

[...] ele nos diz que sua história cultural tem como principal objetivo “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (Chartier, 1990: p.17). É neste contexto que as representações sociais são inseridas. Suas preocupações são, entre outras coisas, temas como: as atitudes perante a morte, os comportamentos religiosos, as crenças, as formas de sociabilidade, as relações de parentesco, etc.

Por essa razão, “representação da morte” se diz no sentido de designar ou conhecer um discurso

da morte o longo da história, além do foco específico do trabalho, que se trata de verificar como a mídia retrata a concepção de morte, conforme já apresentado na etimologia da palavra mostrada anteriormente. Dito isso, passemos às especificidades que circunscrevem as posturas e representações do homem diante da morte, bem como as principais contribuições da historiografia para a temática.

ATITUDES DO HOMEM DIANTE DA MORTE: CONTRIBUIÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

Quando se trata da historiografia da morte, a obra de Ariès ajuda-nos a compreender a temática. De uma maneira um tanto quanto descritiva, o historiador elenca aspectos gerais das percepções do homem diante do fim. Seu objeto pode ser tratado como um tema de longa duração, em uma concepção braudeliana, pois é um assunto que atravessa séculos e milênios. Ariès (1977) aponta para as seguintes concepções de morte:

- a) a morte domada;
- b) a morte de si mesmo;
- c) a morte do outro;
- d) a morte interdita.

O primeiro tópico explica-se no sentido de que não se morre sem conhecimento de que se vai morrer; salvo em alguns casos excepcionais (morte súbita), o homem era advertido sobre como lidar com a própria finitude. O conhecimento acerca da finitude era espontâneo, e o próprio moribundo se encarregava das providências. A morte era uma cerimônia pública, e o quarto do doente se tornava um local público, de onde se entrava e saía livremente. A ritualização era simples, devendo o morto estar deitado com os braços estendidos em sentido de oração e olhando para o céu. Sem um caráter dramático ou teatralizado, este tipo de morte mais familiar é o que Ariès chama de “morte domada”, em contraposição com o período contemporâneo, no qual se tornou “selvagem”.

Na segunda concepção (b), acontece uma transformação sutil e é dado um caráter ainda mais solitário ao fim da vida. Para Ariès (1977, p. 50):

Com a morte, o homem se sujeitava a uma das grandes leis da espécie e não cogitava em evitá-la, nem exaltá-la. Simplesmente a aceitava, apenas com a solenidade necessária para marcar a importância das grandes etapas que cada vida devia sempre transpor.

Ainda sobre a morte de si mesmo, nota-se que a religiosidade católica com o tempo constrói a ideia

de Juízo Final e alerta para o fato de o indivíduo se reconciliar com Deus, uma vez que a alma passa a ter uma importância maior que o corpo. É nesse contexto da Idade Média que também surgem os manuais de “ars moriendi” ou manuais de bem-morrer [Figura 1]. A questão testamental passa a ser fundamental a partir do século XVIII para o moribundo, cujo objetivo era não somente pensar nos entes familiares, mas no perdão divino. Ariès (1977, p. 71) afirma que:

Do século XIII ao século XVIII, o testamento foi o meio para cada indivíduo exprimir, frequentemente de modo muito pessoal, seus pensamentos mais profundos, sua fé religiosa, seu apego às coisas, aos seres que amava, a Deus, bem como as decisões que havia tomado para assegurar a salvação da sua alma e o repouso de seu corpo. O testamento era então, mais que um simples ato de direito privado para a transmissão de sua herança, um meio para cada um afirmar seus pensamentos profundos e suas convicções

A morte no leito continuou preponderante, entretanto, com uma carga de emoção que antes não possuía. Morrer tornou-se o lugar em que o homem tomou ainda mais consciência de si e de seus atos.

Figura 1 – Exemplo de Manual de Bem Morrer ou *Ars moriendi*



Fonte: <http://www.dodedans.com/Exhibit/Image.php?lang=e&navn=ars-moriendi>. Acesso em: 18 jun. 2015.

A terceira transformação ao pensar a morte é quando, a partir do século XVIII, o homem passa a dar-lhe um sentido. De acordo com Ariès (1977, p. 66): “exalta-a, dramatiza-a, deseja-a impressionante e arrebatadora”. Aqui ela passa a ser uma ruptura e não é familiarizada, como nos outros contextos já mencionados; entretanto, continuava domada. Outro ponto que converge para mudanças na concepção, é a laicização apontada por Ariès como um dos sinais da descristianização, fazendo com que até mesmo os testamentos mudassem a forma com que eram redigidos, sendo mais objetivos e sem aquele espírito religioso que antes imperava. Aqui a morte temida já não é mais a sua e sim o que o autor chama de “a morte do outro”.

É também no contexto da modernidade que se passa a ter um hábito ou costume no que tange ao culto aos túmulos. Se na Idade Média pouco importava o lugar em que o corpo era enterrado ou se era “abandonado” em alguma Igreja, “a partir do século XIV e, sobretudo desde o século XVII, observa-se uma preocupação mais forte e mais frequente em localizar a sepultura, e esta tendência testemunha um sentimento novo que se exprime cada vez mais, sem que se possa impor inteiramente” (ARIÈS, 1977, p. 76).

Ariès ainda salienta que os vivos deveriam testemunhar os mortos através da veneração; por esse motivo, os túmulos se tornaram o signo da presença destes para além da morte. Os túmulos tornaram-se uma propriedade exclusiva familiar: “Vai-se, então, visitar o túmulo de um ente querido como se vai à casa de um parente ou a uma casa própria, cheia de recordações. A recordação confere ao morto uma espécie de imortalidade, estranha ao começo do cristianismo” (ARIÈS, 1977, p. 77).

No século XIX, à maneira positivista, túmulos de grandes heróis eram venerados e “sem monumento aos mortos não se pode celebrar a vitória” (ARIÈS, 1977, p. 79). Dessa forma:

Uma nova representação de sociedade nasce neste fim do século XVIII, tendo se desenvolvido no século XIX e encontrado sua expressão no positivo de Auguste Comte, forma erudita do nacionalismo. Pensa-se, e ao mesmo tempo sente-se, que a sociedade é composta ao mesmo tempo de mortos e de vivos, e que os mortos são tão significativos e necessários quanto os vivos. A cidade dos mortos é o inverso da sociedade dos vivos ou, mais que o inverso, sua imagem, e sua imagem *intemporal*. Pois os mortos passaram pelo momento da mudança, e seus monumentos são os signos visíveis da perenidade da cidade (p. 78, grifo do autor).

Assim como lembrado por Ariès, o culto aos mortos no túmulo não se deve somente a características religiosas, mas positivistas. Os católicos filiaram-se a esse costume posteriormente.

O último aspecto essencial da obra do Ariès é quando traça um paralelo com a atualidade diante das atitudes da morte. Em todo o seu longo percurso de mudanças lentas e graduais, de apropriações e reapropriações de rituais ou de pensamento, tem-se na finitude um interdito, ou seja, um assunto que antes era tão familiar vira um tabu. A partir de certo momento, a finitude passa a ser um problema. São vários motivos que levam a essa mudança, que também é lenta. Uma das primeiras motivações refere-se à mentira. Para o autor:

A primeira motivação da mentira foi o desejo de poupar o enfermo de assumir sua provação. Porém, bem cedo esse sentimento, cuja origem conhecemos (a intolerância com a morte do outro e a nova confiança do moribundo nos que o cercam), foi superado por um sentimento diferente, característico da modernidade: evitar não mais ao moribundo, mas à sociedade, mesmo aos que o cercam, a perturbação e a emoção excessivamente fortes, insuportáveis, causadas pela fealdade da agonia e pela simples presença da morte em plena vida feliz, pois, a partir de então, admite-se que a vida é sempre feliz, ou deve sempre aparentá-lo. Nada mudou ainda nos ritos de morte, que são conservados ao menos na aparência, e ainda não se cogita em mudá-los. Mas já se começou a esvaziá-los de sua carga dramática (ARIÈS, 1977, p. 85).

Outro aspecto a se pensar é que, com o avanço da medicina existe um deslocamento do local da morte. Se antes se morria em casa cercado de parentes, vizinhos, em meio aos seus, na contemporaneidade é diferente, porque se morre no hospital e, muitas vezes, sozinho. O hospital é o local onde se prestam os cuidados que já não se podem prestar no seio familiar. A morte sai de uma questão ritualística para um aspecto técnico, pois morre-se porque não há mais nada a se fazer, ou seja, pela interrupção de cuidados dispensados ao moribundo.

Entretanto, o trabalho de Ariès soa um tanto descritivo e totalizante¹¹. Na opinião de Norbert Elias (2001, p. 19):

Ariès entende a história puramente como descrição. Acumula imagens e assim, em amplas pinceladas, mostra a mudança total. Isso é bom e estimulante, mas não explica nada. A seleção de fatos de Ariès se baseia numa opinião pré-concebida. Ele tenta transmitir sua suposição de que antigamente as pessoas morriam serenas e calmas. É só no presente que postula coisas diferentes. Num espírito romântico, Ariès olha com desconfiança para o presente inglório em nome de um passado melhor. Embora seu li-

vro seja rico em evidências deve ser examinado com muito cuidado.

Outro ponto de divergência é quando Ariès “naturaliza” a morte em determinados períodos como, por exemplo, a Idade Média. É certo que, como demonstra Elias (2001), a morte era um tema mais aberto e frequente nas conversas da Idade Média do que nos dias de hoje. Todavia, não quer dizer que era totalmente pacífica. Elias é ainda mais crítico na seguinte afirmação:

Em comparação com o presente, a morte naquela época era, para jovens e velhos, menos oculta, mais presente, mais familiar. Isso não quer dizer que fosse mais pacífica. Além disso, o nível social do medo da morte não foi constante nos últimos séculos da Idade Média, tendo se intensificado notavelmente durante o século XIV. As cidades cresceram. A peste se tornou mais renitente e varria a Europa em grandes ondas. As pessoas temiam a morte ao seu redor. Pregadores e frades reforçavam tal medo. Em quadros e escritos surgiu o motivo das danças da morte, das danças macabras. Morte pacífica no passado? Que perspectiva histórica mais unilateral (ELIAS, 2001, p. 21).

Considerada um estágio de desenvolvimento social, a Idade Média foi uma época instável em relação ao pensamento sobre a morte. A violência era comum, a guerra, a fome, dentre outros pontos. Os contrastes eram bem mais marcados que hoje, e com a ideia de finitude não seria diferente.

Ainda seguindo essa categoria dos contrastes do período medieval, tem-se como exemplo a questão de o cemitério não ser só local de enterramento, mas um ponto de encontro e passagem em que o horripilante e o alegre conviviam. Johan Huizinga (2010, p. 241), na obra *O Outono da Idade Média*, descreve: “Em meio ao constante enterrar e desenterrar, era um lugar para passear e um ponto de encontro. Havia lojinhas junto aos ossuários e prostitutas sob as arcadas”. E complementa: “até as festividades aconteciam ali. O horripilante tornara-se familiar” (p. 241).

Os extremos eram característicos do final do período medieval, conforme lembra Huizinga (p. 243):

O pensamento religioso do final da Idade Média, no que diz respeito à questão da morte, conhece apenas os dois extremos: o lamento pela perecibilidade, pelo fim do poder, da honra e do prazer, pela decadência da beleza; e por outro lado, o júbilo da alma que foi salva. Tudo o que fica no meio perma-

nece não dito. Na representação perene da dança macabra e do esqueleto horrendo, as emoções vivas ossificam.

Sobre a questão do macabro, Huizinga (2010, p. 231) aponta que:

No século XIV surge a maravilhosa palavra *macabre*, ou como ela soava antigamente: *Macabré*. Eu fiz a dança *Macabré* [*Je fis de Macabré dance*], diz o Poeta Jean Le Fèvre em 1376. Trata-se de um nome próprio, seja qual for a tão discutida etimologia da palavra. Foi só bem mais tarde que se extraiu “*La danse macabre*” [Figura 2] o adjetivo que para nós adquiriu uma nuance de significado tão nítido e próprio, a ponto de com ele podermos marcar toda a visão de morte do fim do período medieval. A concepção de *macabre* de morte na nossa época ainda pode ser encontrada sobretudo em cemitérios de aldeias, onde se ouve o seu eco em versos e imagens. No final da Idade Média, ela se tornou uma importante concepção cultural. À ideia de morte mesclou-se um elemento novo, fantástico e hipnotizante, um calafrio que brotou da área consciente do gélido pavor fantasmagórico e de terror frio. O conceito religioso onipotente transformou-o imediatamente em moral, convertendo-o em *memento mori*, mas gostava de usar toda a sugestão horripilante que o caráter spectral da imagem trazia consigo.

Seguindo por essa linha de contrastes, a complexidade se estende quando surge, através do viés religioso, o purgatório como terceiro local do pós-morte, sendo este importante no que Michel Vovelle (2008) chama de trabalho de luto.

Figura 2 – *La Danse Macabre*



Fonte: Disponível em: <http://monnier.jeanpierre.free.fr/art/dansemacabre.htm>. Acesso em: 28 jun. 2015.

Segundo Vovelle (2008, p. 14), a religião “inventou, no fio do tempo, um local de reclusão e de sofrimentos expiatórios temporários: o purgatório”. Essa criação se deve a mudanças profundas de mentalidades e de imaginários no que tange à finitude. O

purgatório entraria no meio da dicotomia paraíso/inferno e seria um terceiro local, capaz de gerir de modo satisfatório o trabalho de luto. Vovelle baseia-se nas imagens que representam essa nova esfera escatológica:

A representação do purgatório se inscreve no fio do tempo sobre suportes que evoluíram: iluminuras, afrescos, pinturas e retábulos, gravuras e imagens populares, figurações esculpidas, construções das mais modestas – nichos ou oratórios – até as mais ambiciosas basílicas (VOVELLE, 2008, p. 17).

Esse terceiro local era considerado uma espécie de sobrevida no além e se tornaria, segundo Vovelle (2008), mais um local de esperança do que de punição. De acordo com o autor, a invenção do purgatório mostra o momento de virada da mentalidade da Idade Média, moldada pela “ordenação escolástica”.

O autor afirma que o surgimento da palavra “purgatório” se deu em meio a uma plêiade de teólogos eruditos, e é citada por Pierre le Mangeur entre 1170 e 1200. Seu uso se tornou mais recorrente a partir do século XIII, pelas obras das ordens mendicantes, por intermédio dos *exemplas*, cheios de relatos que mencionavam o purgatório.

Saindo da história e indo para a literatura, temos como exemplo Dante Alighieri na obra *A Divina Comédia*, na qual, de acordo com Vincenza Rubino na apresentação do livro: “O purgatório é uma montanha formada no lado oposto ao *Inferno*” (ALIGHIERI, 2003, p. 5), este constituído em partes e na medida em que as almas purificadas vão subindo patamares nas encostas das montanhas. Vovelle (2008, p. 29) pondera que Dante:

[...] na *Divina Comédia* ornamenta a nova imagem de prestígios da expressão literária e de uma visão inspirada, na invocação dos sete círculos do purgatório. Sem exceder os limites de uma nova ortodoxia ainda não estabelecida, ele confere ao novo local uma leitura elaborada e espiritualizada pela imagem da ascensão às alturas celestes.

O purgatório seria o que Vovelle denomina de estrutura vertical celeste [Figura 3] e teria servido de instrumento social e ideológico de um tempo a partir de uma leitura de mundo culpabilizante. Com o passar dos séculos, sobretudo no século das Luzes (XVIII), em meio a contestações religiosas, a ideia de purgatório foi se renovando e as ideias de gestão de luto são ressignificadas.

Figura 3 – Representação do Purgatório de Tintoretto.



Fonte: Disponível em: http://www.culturaitalia.it/opencms/opencms/system/modules/com.culturaitalia_stage.libero-logico/templates/viewItem.jsp?language=it&case=&id=oi%3Aalinari.it%3A21487-fotografie. Acesso em: 28 jun. 2015.

Aqui no Brasil, essas ideias demorariam a se alterar devido ao grande número de fiéis pertencentes à Igreja Católica. Por um longo tempo, a crença nesses três locais, inferno, purgatório e paraíso, permeou o imaginário dos moradores do “novo mundo”, fazendo com que se preocupassem com a chamada “boa morte”, como veremos no subtópico a seguir.

A FINITUDE EM TERRAS TUPINIQUINS: BRASIL E AS FORMAS DE BEM MORRER SEGUNDO JOÃO JOSÉ REIS

João José Reis, em seu clássico livro *A morte é uma festa*, discorre sobre uma revolta popular ocorrida na Bahia do século XIX conhecida como “Cemiterada”. Contudo, esse não é o foco desta pesquisa, mas sim o que Reis problematiza ao longo de praticamente toda a sua obra sobre a concepção de morte no Brasil. O capítulo IV especificamente trata

das formas de bem morrer e nos ajuda a entender melhor a lógica de como a morte era representada no país. Todo bom católico que se prezasse deveria garantir uma boa morte, pois sem eles os sujeitos poderiam penar. Para a Igreja Católica, a morte é apenas uma transição e não o fim de tudo:

[...] as pessoas para quem não se observam os ritos funerários são condenadas a uma penosa existência, pois nunca podem entrar no mundo dos mortos ou se incorporar à sociedade lá estabelecida. Estes são os mais perigosos dos mortos. Eles desejam ser incorporados no mundo dos vivos, e, porque não podem sê-lo, se comportam em relação a ele como forasteiros hostis. Eles carecem dos meios de subsistência que os outros mortos encontram em seu próprio mundo e consequentemente devem obtê-los à custa dos vivos. Ademais, estes mortos sem lugar ou casa às vezes possuem um desejo intenso de vingança (REIS, 1991, p. 89).

Para os mortos não “atormentarem” os vivos, estes deveriam tomar providências terrenas quanto ao funeral, enterro, missas, dentre outras cerimônias, para que a alma descansasse eternamente em comunhão com Deus e os santos. Nossa concepção funerária, se é que podemos assim dizer, herdou muito da cultura barroca e, sobretudo, dos nossos colonizadores portugueses. Além disso, por ser uma terra com muitos africanos, também existiam as outras crenças populares. Reis (1991, p. 91) afirma:

Há evidências que os africanos mantiveram no Brasil muitas de suas maneiras de morrer, mas sobretudo incorporaram maneiras portuguesas. Isso se deveu em grande parte à repressão da religião africana no Brasil escravocrata, mas também que a dramaticidade ritualista dos funerais portugueses se aparentava a dos africanos.

No Brasil eram bem comuns os rituais de separação e incorporação¹², pois através deles o morto seguia seu destino no além. A Igreja Católica elaborava cartilhas de “Bem Morrer”. Em uma delas existia a recomendação de que os fiéis fizessem os testamentos enquanto gozassem de boa saúde, afinal de contas, o grande medo é que a morte chegasse sem uma preparação e, como vimos no início do capítulo, esse tipo de fim não era o desejado. Os testamentos misturavam as esferas secular e re-

ligiosa em um mesmo documento, uma vez que o testador passava os seus bens a outrem e também destinava verbas para os gastos funerários, que não eram poucos para a época. Até os mais pobres se preocupavam com a sua despedida e poupavam para o momento derradeiro.

Havia vários passos a serem seguidos. O primeiro deles era preparar o defunto para o velório arrumando sua aparência. Cortava-se a barba, o cabelo; faziam-se as unhas e o banho era dado antes de o corpo enrijecer. Outro ponto é a escolha da vestimenta, que variava bastante, pois muitos testavam como queriam ser vestidos¹³. Reis relata que aqui chegaram a existir até especialistas em manipular defuntos, além de rezadeiras profissionais e as profissionais do choro, ou seja, contratadas para chorar a morte, popularmente conhecidas como carpideiras.

Passado esse momento mais “burocrático”, vinha a parte cerimonial, que poderia contar com muita pompa e luxo. Desde o momento do último suspiro, a ritualística era bem detalhada. Reis, como sugere no título da sua obra, afirma que a morte no Brasil do século XIX não era apenas fúnebre, mas uma festa, pois quanto maior o número de pessoas e quanto mais “barulho” tivesse, melhor seria. Sobre isso, afirma:

A morte como motivo de festa parecia ter adeptos em todas as camadas sociais. O barulho, e não o silêncio, acompanhava os ritos fúnebres em diversas sociedades, nas quais ele é visto como facilitador da comunicação entre o homem e o sobrenatural. Entre os africanos, por exemplo, a morte silenciosa era uma má morte (REIS, 1991, p. 115).

Os funerais não eram apenas um momento triste, mas também de divertimento. Reis (p. 137) destaca: “Para os baianos morte e festa não se excluíam”, pois procuravam dar uma significação “positiva” para a cerimônia, o que distraía os participantes da dor:

(...) a produção fúnebre interessava sobretudo aos vivos, que por meio dela expressavam suas inquietações e procuravam dissipar suas angústias. Pois embora variando em intensidade, toda

12 Reis cita o antropólogo Arnold Van Gennep, em Ritos de passagem, afirmando que o teórico divide as cerimônias funerárias em duas etapas: os ritos de separação e os ritos de incorporação. “São exemplos de rito de separação a lavagem e transporte do cadáver, a queima dos objetos pessoais do morto, cerimônias de purificação, de sepultamento, rituais periódicos de expulsão do espírito morto da casa, da vila, enfim do meio dos vivos, o luto e tabus em geral. Ritos de incorporação seriam aqueles dirigidos a propiciar a reunião do morto com aqueles que seguiram antes, como, por exemplo, a comida servida para sua viagem, a extrema-unção, o próprio enterro do cadáver. Os ritos de separação e incorporação frequentemente se sobrepõem e até se confundem” (REIS, 1991, p. 89).

13 A título de curiosidade: João José Reis coletou 34 tipos de vestes mortuária, sendo mais comum a de cor branca. Outro ponto é que muitos queriam ser vestidos como santos. “A mortalha falava pelo morto, protegendo-o na viagem para o além, e falava do morto como fonte de poder mágico, mas também enquanto sujeito social” (REIS, 1991, p. 124).

morte tem algo de caótico para quem fica. Morte é desordem e, por mais esperada e até desejada que seja, representa ruptura com o cotidiano (REIS, 1991, p. 138).

A pompa fúnebre era muito solicitada nos testamentos, alguns pedindo até mesmo orquestras em seu velório.

A MEDICALIZAÇÃO DA MORTE E A CIVILIZAÇÃO DOS COSTUMES

No decorrer do processo civilizador, ocorreram mudanças nos problemas enfrentados pelas pessoas. Se antes morrer era um fenômeno mais sociável e uma questão mais pública, hoje são de cunho mais privado. Elias (2001, p. 25) afirma: “No curso do nítido processo civilizador que teve início há quatrocentos ou quinhentos anos, as atitudes das pessoas em relação à morte e a própria maneira de morrer sofreram mudanças, junto com muitas outras coisas”. Sair deste mundo era uma questão mais pública do que hoje, porque era mais comum que as pessoas não estivessem sozinhas. O autor relembra ainda: “Nascimento e morte – como outros aspectos animais da vida humana – eram eventos mais públicos, e, portanto, mais sociáveis que hoje; eram menos privatizados” (p. 25).

Ainda no sentido de público e privado, pode-se afirmar que nas sociedades tradicionais não havia a separação radical que se tem nos dias atuais. João José Reis (1991, p. 74) pondera que, na França, uma nova atitude da morte se delineou ao longo do século XVIII, no rastro do Iluminismo, no que tange ao avanço racional, à laicização das relações sociais e à secularização da vida dos indivíduos. Esse fator se deve principalmente à diminuição do conteúdo religioso dos ritos barrocos, pautados sempre pela pompa e o respeito aos mortos. A morte torna-se mais comedida, silenciam-se muitos aspectos, o que a torna mais simplificada.

Verificou-se, entre outras coisas, uma redefinição das noções de poluição de ritual: pureza e perigo agora se definiam a partir de critérios médicos, mais do que religiosos. Durante o século XVIII desenvolveu-se uma atitude hostil à proximidade com o moribundo e o morto, que os médicos recomendavam fossem evitados por motivos de saúde pública (REIS, 1991, p. 75).

O afastamento por motivos de saúde pública se fundamentava na doutrina dos miasmas, pois se acreditava que matérias orgânicas em processo de putrefação, em contato com elementos da natureza, como, por exemplo, temperatura, umidade e direção do vento, formariam vapores danosos à saúde, infectando o ar¹⁴. Reis (1991, p. 76) ainda detalha que “o suor, a urina, as fezes, animais mortos eram algumas fontes de infecção do ar”. Os médicos viam a morte por outra ótica, pois:

[...] a decomposição de cadáveres produzia gases que poluíam o ar, contaminavam os vivos, causavam doenças e epidemias. Os mortos representavam um sério problema de saúde pública. Os velórios, os cortejos fúnebres e outros usos funerários seriam foco de doença, só mantidos pela resistência de uma mente atrasada e supersticiosa, que não combinavam com os ideais civilizatórios da nação que se formava. Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extra-muros (REIS, 1991, p. 247).

Os miasmas eram invisíveis, e os especialistas que estudaram tais processos deram inúmeros sinônimos para esses malefícios que afetam a sociedade: emanções, gases ou vapores pútridos, humores fétidos, eflúvios pestilenciais, etc. De acordo com as teorias higienistas, esses miasmas afetam a sociedade como um todo, principalmente quando os enterros eram feitos nas igrejas [Figura 4], consideradas uma porta de entrada ao Paraíso. Ali se celebravam vários momentos importantes na vida do fiel, como batismo, casamento e morte, ou seja, a igreja estava ligada à dinâmica da vida social do século XIX. Somente em meados da década de 30 do século XIX que o governo imperial começa a tomar providências de qual seria o lugar adequado para os mortos, já que as igrejas estavam lotadas e o ar estaria “irrespirável”. De acordo com Érika Amorim da Silva e Fernando Arthur de Freitas Neves (2003, p. 1):

O século XIX foi rico em transformações econômicas, políticas e sociais. No Brasil durante esta centena ocorreram mudanças significativas como o fim da escravidão; a mudança do regime de governo (que trouxe consigo a separação Estado/Igreja, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a laicização do ensino). Diante disso os costumes fúnebres brasileiros mudaram significativamente, vários fatores contribuíram para que isso acontecesse, entre os quais, podemos citar as epidemias que assolaram o país como a de febre amarela e a de varíola.

14 João José Reis (1991, p. 75) cita Robert Favre quando diz que “fugir do ar viciado ou dissipá-lo foi uma das grandes ideias do Século das Luzes”.

Figura 4 - Igreja Matriz de Santo Antônio em Tiradentes, Minas Gerais.



Fonte: Disponível em: http://www.artoftravel.com.br/web/dt_portfolio/tiradentes/ Acesso em: 30/01/2016

O grande modelo e inspiração para os médicos (que cabia a eles) vem da França, que, de acordo com Reis (1991, p. 248), era o “espelho de civilização e progresso”. De acordo com Eliane Superti, no artigo *O positivismo de Auguste Comte e seu projeto político*, o ideal positivista procurava interpretar a sociedade moderna a partir de reflexões de sua própria época.

O positivismo, cujo ideal era uma sociedade legitimada pela “ordem e progresso”, não “combinaria” com superstições retrógradas como a postura diante da morte que os brasileiros insistiam em ter. A morte em casa com muitas pessoas em volta do moribundo e os enterramentos em igrejas eram vistos como “atraso” pelos médicos sanitaristas do século XIX. Superti (s/d, p. 1-2) relembra que, para os pressupostos positivistas:

[...] não eram as instituições, as relações materiais e estrutura hierárquica que constituíam o núcleo da sociedade humana, mas sim o conjunto de ideias, representações e crenças que formavam a maneira de pensar unanimemente partilhada por todos no grupo, ou seja, que engendrava o consenso, unindo os homens em uma dada ordem. E

por ser assim, tanto a superação da crise como a reorganização da sociedade não podiam ocorrer com a limitação das ações sobre as instituições, era preciso uma reforma intelectual que atingisse o modo de pensar, de representar a vida social.

No Brasil as mudanças de hábitos e costumes se devem também aos fatores liberais, uma vez que o liberalismo manifestou uma campanha contra a barbárie. Mas para isso seria necessária uma intervenção nos costumes do povo ainda atrelado a tradições colonialistas. Reis (1991, p. 276) relembra:

A ideia de limpeza, saneamento, organização e embelezamento do espaço urbano denota uma preocupação em “civilizar o império” no detalhe da municipalidade. Urbano, aliás, significava “civilizado”. A construção de cemitérios que substituísssem as igrejas como locais de enterramento fazia parte do projeto liberal, civilizatório e higienizador.

Somente com a Lei (de estruturação dos municípios) de 28 de outubro de 1828 que a política imperial brasileira passa a se preocupar com a questão da morte enquanto um problema de saúde.

de pública. Pode-se dizer que o começo das discussões acerca da construção de um cemitério²⁰ afastado da cidade não causou simpatia no povo baiano, pois ainda estaria atrelado a um costume importante para sua cultura. O plano ideal seria que os cemitérios fossem longe da urbanidade, afastados de fontes de água, em terrenos preferencialmente altos e arejados, de onde os ventos não soprassem sobre a cidade. Os intelectuais sanitaristas tinham a Europa como modelo, pois lá a civilização estava em um estágio avançado e queriam trazer essas ideias para o Brasil. Silva e Neves (2003, p. 2) explicam que:

Antes da segunda metade do século XIX e da secularização dos campos santos, por exemplo, reconhecia-se o prestígio de um morto pela quantidade de pessoas que acompanhava seu funeral e por ele ser enterrado dentro das igrejas católicas. Depois os túmulos vão evidenciar a riqueza das famílias ricas, os valores capitalistas começam a permear o cotidiano da morte, com os cemitérios a céu aberto proporcionando a individualização, que não existia quando os enterros eram nas Igrejas, se faz presente com numerosos mausoléus com réplicas de Igrejas, imagens de Santos, Anjos, de Cristo transformando os cemitérios em verdadeiros acervos de obras de arte.

Não só os enterramentos em igrejas²¹ eram mal vistos pelos médicos:

A lista dos maus hábitos era grande e variada: a disposição de lixo nas vias públicas, a falta de escoamento das águas usadas, o alinhamento desordenado das ruas, a arquitetura inadequada dos prédios, os hábitos alimentares extravagantes, a indisposição para exercícios físicos e para higiene pessoal (REIS, 1991, p. 249).

A Bahia do século XIX escandalizava os médicos, pois, “nas ruas em frente às igrejas, os pedestres andavam topando com ossos, inclusive com

pedaços de crânios” (REIS, 1991, p. 258). Os médicos pregavam uma profilaxia social baseando-se em uma revolução cultural.

Sobre os porta-vozes da civilidade ou esclarecedores da razão humana, Reis (1991, p.

vai citar o médico Soares Meireles, que, em 1834, proferiu um discurso afirmando que caberia aos médicos: “esclarecer a razão humana [...] fazendo com que esta triunfe da hipocrisia e superstição, que tanto fizeram gemer a humanidade nesses séculos de trevas e barbárie, e que ainda hoje, com desprezo das luzes de nossa era, não cessam de fazer vítimas”.

Eles seriam o que Reis (1991) denomina de “vanguarda civilizatória” ou “guarda da saúde pública” e, por essa razão, patriotas exemplares, pois pensar um país civilizado era projetar uma ideia de local saudável e livre de doenças. Esses profissionais ainda ganharam proeminência ao se destacarem em outros cargos como, por exemplo, na política.

Para além da educação básica sanitária, existia também a crítica dos médicos em relação aos sons altos emitidos durante a cerimônia fúnebre, como a badalada dos sinos das igrejas [Figura 5]. Uma morte “civilizada” deveria ser asséptica, inodora e silenciosa. Reis (1991, p.265) pondera que a desodorização e o silêncio foram táticas de ocultamento do defunto e que a morte não deveria ser lembrada, por representar uma espécie de chamamento. Médicos do século XIX acreditavam que o barulho produzido pelos sinos não fazia bem aos moribundos, por essa razão, defendiam que a morte deveria ser silenciosa.

Figura 5 – Sinos da Igreja Nossa Senhora da Conceição na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais)



Fonte: Arquivo pessoal.

15 A construção de um cemitério fazia parte do “projeto civilizatório” que começaria a ser pensado já no Brasil Imperial.

16 Reis (1991, p. 259) ainda aponta que: “[I]ndependente de onde se localizassem, as igrejas eram vistas como abrigos do mal miasmático”.

Entretanto, deve-se destacar que o ritmo dessas mudanças na concepção diante da morte variou de região para região. No caso inglês, com o advento da religião e cultura protestantes, também há uma emergência de um *modus* diferente de conceber a finitude:

Deus decide sozinho quem são seus eleitos – e a consequente abolição do Purgatório como estágio temporário da alma que poderia ser abreviado por preces, missas e intercessão dos santos. Muito antes dos franceses, os ingleses definiram um modo privado de morrer, coerente com a voga individualista estabelecida pelo protestantismo (REIS, 1991, p. 79).

Os protestantes ingleses consideravam o Purgatório uma criação católica baseada em “superstições papistas”. Já não era necessário um funeral barroco, com toda a pompa. Na Inglaterra, os ritos eram simplificados. Porém, no século XIX, os funerais reviveram a importância que tiveram outrora. Reis (1991) relembra que, com o capitalismo cada vez mais forte, a ritualística volta sob uma forma mais econômica, porque há uma expansão do mercado funerário, isto é, a morte passa a ser um negócio próspero. Aqui no Brasil, após a Lei Provincial nº. 17, um pequeno grupo de empresários se comprometeu a construir um cemitério na Bahia seguindo todas as normas de higiene. A partir de um monopólio da empresa José Augusto Pereira Matos & Cia, a Bahia viu, através desse “projeto patriótico”, a transferência do mundo dos mortos – e a separação do mundo dos vivos – para o “Campo Santo” (nome dado ao Cemitério). Entretanto, a organização espacial do cemitério também marcaria uma diferença social.

A MORTE NO SÉCULO XX: OCULTAMENTO E SILENCIAMENTO DA FINITUDE

Antes de qualquer coisa, deve-se reafirmar que as mudanças em torno das posturas diante da morte são lentas e graduais e seguem ritmos diferentes nos mais variados locais do mundo. Todavia, um fato deve ser mencionado: antes era o moribundo que conduzia “a solenidade” na fase de despedida terrena, enquanto na contemporaneidade, sobretudo nos séculos XX e XXI, “o morto que se visita e se honra” (ARIÈS, 1977, p. 209).

Ariès revela em seu estudo que o moribundo foi privado de seus direitos: se antes tinha o dever

de saber que vai morrer e presidir os “últimos detalhes”, hoje nem tem mais o direito de saber que vai partir. Muitas vezes, no mundo contemporâneo, os vivos protelam esse direito, não sendo mais obrigados a contar a verdade:

Não tem mais o direito de saber que vai morrer; os que o cercam escondem-lhe a verdade até o fim, e dele dispõem para seu próprio bem. Tudo passa como se ninguém soubesse que vai morrer, nem os familiares mais próximos nem o médico... e nem mesmo o padre, quando um subterfúgio permitiu-lhe que viesse sem maiores danos (ARIÈS, 1977, p. 209).

Outro fato é que, no presente, existe um ocultamento e silenciamento da morte, a qual fica restrita à esfera privada. No entanto, como veremos mais adiante, a imprensa subverte isso e torna a morte pública novamente.

Elias (2001, p. 30) aponta que:

Referências à morte, à sepultura e a todos os detalhes do que acontece com seres humanos nessa situação não eram sujeitas a uma censura social estrita. A visão de corpos humanos em decomposição era lugar-comum. Todos, inclusive crianças, sabiam como eram esses corpos; e porque todos sabiam, podiam falar disso com relativa liberdade.

Na medida em que se caminha para a dita “civilidade”, a morte se torna um problema, pois, em uma sociedade que prega o consumo e a felicidade, a finitude parece um tanto “indigesta”. Se em outros tempos existia uma exacerbação de emoções, hoje existe uma repressão. De acordo com Elias (2001, p. 35), “o estágio presente da civilização produz em muitas pessoas uma indisposição e muitas vezes uma incapacidade de exprimir emoções fortes, tanto na vida pública como na vida privada”. O sociólogo ainda afirma que, durante o século XVII, os homens podiam chorar publicamente, o que se tornou mais difícil.

Chega, então, o momento em que não se tem mais a necessidade de encenar, em que o moribundo realmente perdeu os sentidos e a consciência, continuando a respirar. E a família esgotada pelo cansaço, assiste durante dias, por vezes semanas, aquilo que antigamente durava – embora de modo mais dramático e doloroso – algumas horas, a cabeça de uma pobre coisa espetada por tubos na boca, nariz, pulso... e a espera, dura, dura até que um belo dia ou numa bela noite a vida estanca quando menos se espera, quando já não há mais ninguém em volta (ARIÈS, 1997, p. 209).

Como aponta Elias (2001), a morte virou uma situação amorfa, isto é, sem uma forma definida,

algo disforme, horrendo, dentre outros adjetivos. Os rituais foram perdendo sentido e sendo “esvaizados”. A morte outrora tinha aspectos formais e seguia uma ritualística bem marcada, desde os últimos momentos até depois do enterramento, com as inúmeras missas realizadas. Para Elias (2001, p. 96), “morrer ficou mais informal”, sem as várias obrigações de quando era mais religiosa. Existe também a questão da supressão do luto na contemporaneidade que abrevia a parte ritualística, até então muito usual. Se em outros tempos era necessário um determinado número de missas para salvar a alma ou de dias para o luto familiar, na contemporaneidade isso muda, até como forma de abreviar o sofrimento e a melancolia em torno da morte.

Elias (2001) ainda analisa que o simples fato de mencionar a palavra morte já é um motivo de evitá-la, pois se tornou de mau gosto. Ariès (1977, p. 224) converge no mesmo ponto de vista ao afirmar que “ousar falar da morte, admiti-la nas relações sociais, já não é como antigamente permanecer no cotidiano, é provocar uma situação excepcional, exorbitante e sempre dramática” e que também “basta enunciá-la para provocar uma situação emocional incompatível com a regularidade da vida quotidiana”.

Usando um termo de Ariès, pode-se dizer que a morte é interdita, ou seja, proibida e “varrida para baixo do tapete”. O tabu¹⁷ acerca da morte vai além do interdito de não mencioná-la, pois chega à fase de contenção de sentimentos espontâneos, como, por exemplo, um choro escandaloso.

Outro tipo de mudança é no tratamento dispensado ao moribundo. Se antes a família cuidava de vários detalhes, hoje ela repassa aos médicos ou “cuidadores” de enfermos. Até a manipulação dos corpos, que antes era familiar, já não é mais da esfera íntima dos que cercam o morto, mas de empresas especializadas na atividade, conforme afirma Elias (2001, p. 37):

O afastamento dos vivos em relação aos moribundos e o silêncio que gradualmente os envolve continuam depois que chega ao fim. Isso pode ser visto, por exemplo, no tratamento dos cadáveres e no cuidado com as sepulturas. As duas atividades saíram das mãos da família, parentes

e amigos e passaram para especialistas remunerados.

De acordo com Ariès (1977, p. 215), antes o homem era senhor soberano da sua finitude. Não era privado do seu fim e, assim como se nascia em público, morria-se em público. Tornou-se uma regra tácita (e Ariès chama isso de regra moral) em boa parte dos casos não deixar o doente saber que seu fim está próximo, salvo em alguns casos.

O doente é privado de seus direitos e, particularmente, do direito outrora essencial de ter conhecimento de sua morte, prepará-la e organizá-la, e ele cede porque está convencido de que é para seu bem. [...] Antigamente, a morte era uma tragédia – muitas vezes cômica – no qual se representava o papel “daquele que vai morrer”. Hoje, a morte é uma comédia – muitas vezes dramática – onde se representa o papel “daquele que não sabe que vai morrer” (ARIÈS, 1977, p. 222).

Deve-se reafirmar que, com a medicalização da morte, hoje se morre menos frequentemente em casa e mais no hospital. Este é visto como o lugar propício para o fim. Nos dias atuais, privilegia-se uma morte discreta, bem diferente da pompa barroca do século XIX. Mas as mudanças não param aí: até o lugar de recordação dos mortos muda, numa dimensão espacial e estética. Os enterramentos, antes em Igrejas ou em cemitérios fechados e lotados por túmulos, começam a dar espaço para um local verde e arborizado. A imagem que os jardineiros do cemitério pensam em transmitir é a de um local de paz, verde, em meio à frenética vida cotidiana. Tem-se a ideia também de que haja silêncio em torno deles, pois é um local de “descanso” e evita-se perturbar a tranquilidade dos que se foram.

A morte no século XX e XXI é o principal interdito da sociedade, pois ela é praticamente expulsa da vida cotidiana, o que se confirma, como foi visto, na postura que o ser humano adota ao pensá-la e senti-la.

17 O significado de tabu geralmente se refere à proibição da prática de qualquer atividade social que seja moral, religiosa ou culturalmente reprovável. Dizer que algo é um tabu pode significar sacralidade e, a partir disso, interdito a qualquer contato. Pode também significar algo perigoso, imundo ou impuro. Cada sociedade possui os seus próprios padrões morais. Tabus existentes em uma cultura podem não existir em outras. Os tabus são criados por convenções sociais, religiosas e culturais. São meios de preservar os bons costumes da sociedade, limitando a prática de determinados atos ou evitando falar de assuntos polêmicos. Os tabus estão relacionados à linguagem, em que há proibição de pronunciar palavras e outros nomes imundos (por exemplo, diabo); os comuns tabus ao sexo, considerados pecados religiosos; ou mesmo às restrições alimentares (comer carne humana ou de determinados animais, sangue, etc.). O eufemismo é uma linguagem à qual se recorre com frequência para evitar o tabu. Significado disponível em: <http://www.significados.com.br/tabu>. Acesso em 23 jun. 2015.

MORTE E HISTÓRIA CULTURAL

Falar da morte em um estudo histórico é falar sobre cultura, representações e discursos, aqui encarado como uma descrição densa, no sentido antropológico que Clifford Geertz utiliza em seu trabalho clássico *A interpretação das culturas*. Refletir sobre as posturas do homem diante da finitude exige uma mistura de métodos e correntes teóricas que convergem e se complementam¹⁸, uma vez que o objeto não é “puramente” histórico no *stricto sensu* do termo.

Pela via da história cultural, foi possível ampliar o leque de discussões a respeito de um tema. Para Jacques Revel, no livro *Proposições: ensaios de história e historiografia* (2009), a história cultural ocupou um lugar dominante na disciplina histórica, além de se tornar chave de leitura para os historiadores. Enquanto teoria, ela adentrou nas pesquisas do campo historiográfico devido a dois fenômenos: deterioração dos grandes modelos teóricos¹⁹ e redefinição do termo cultura. Cultura não como um todo coerente, mas uma questão, um ponto de partida, e, principalmente, um problema histórico. Esse momento de turbulência levou à reflexão crítica da disciplina sobre si mesma, seus pressupostos, seus modos de fazer. Levou a história a refletir sobre os problemas do método.

Segundo Peter Burke (2005, p. 8), a chamada virada cultural foi mais ampla e ultrapassou a disciplina de história (alcançou a ciência política, a economia, a psicologia, a antropologia, etc.). Revel (2009, p. 100), por sua vez, expõe que a cultura em um sentido antropológico levou à multiplicação de novos objetos de estudo e que se pensasse não mais em “cultura”, mas “culturas”, no plural. No caso do presente trabalho, busca-se debater concepções da morte em um aspecto amplo ao mostrar as principais diferenças culturais ao longo dos tempos numa perspectiva de longa duração, por mais que a análise de fontes jornalísticas se restrinja à década de 70 do século XX. Neste projeto, a morte entra como um tema que atravessa décadas, séculos e até milênios, tendo sempre como centralidade a ação dos atores na compreensão desse processo histórico-cultural.

Todas essas novas concepções da pesquisa em

história são importantes na medida em que levaram os historiadores à preocupação com as representações e práticas. As atitudes do homem diante da morte são uma prática social que possui “regras”, “códigos” ou preceitos que têm sentido dentro de um contexto.

Nesse sentido, também se atribui à história cultural, bem como à *nouvelle histoire* cultural, que a ampliação na forma de pensar a sociedade gerou também um alargamento de fontes. Por exemplo, os arquivos do judiciário e, no caso desta monografia, a análise de jornal, com vistas à compreensão, dentro de um limite local e de uma área específica (o jornalismo), de como a concepção de morte é construída e de que maneira ela é diferente de outras concepções históricas.

INTERDISCIPLINARIDADES NO ESTUDO DAS CONCEPÇÕES DO HOMEM E ATITUDES DIANTE DA MORTE E PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA LONGA DURAÇÃO PARA O ESTUDO DO FIM HUMANO

A morte é um assunto por si só interdisciplinar, sendo alvo de discussão não só para a história, mas para inúmeros campos de conhecimento. Começando pela filosofia de Arthur Schopenhauer (2013, p. 3), o qual aponta que “a morte é o verdadeiro gênio inspirador ou Muságeta da Filosofia”²⁶. De fato, sem a morte seria até difícil filosofar”. Na opinião do filósofo, foi com o surgimento da razão que veio a certeza assustadora da morte:

No entanto, como na natureza para todo o mal há sempre um remédio ou, pelo menos, um substituto, a mesma reflexão que provocou o conhecimento da morte também nos conduz a formular opiniões metafísicas que nos consolam a respeito, e das quais o animal não necessita nem é capaz de ter. Esse é o objetivo principal a que se orientam todas as religiões e todos os sistemas filosóficos, que, em primeiro lugar, constituem, portanto, o antídoto da certeza da morte, produzido pela razão reflexiva a partir de recursos próprios. No entanto, o grau em que alcançam esse objetivo é muito variado, e não há dúvida de que certa religião ou certa filosofia, muito mais que qualquer outra, tornará o homem apto a encarar a morte com um olhar sereno (SCHOPENHAUER, 2003, p. 3-4).

18 Nesta pesquisa, por exemplo, foram utilizados teóricos da história, da filosofia, da sociologia, da comunicação, da linguística, dentre outras áreas.

19 A deterioração dos grandes modelos se refere à perda de confiança das teorias globais de explicação social/histórica, como o positivismo, o marxismo, o estruturalismo, etc. Revel (2009, p. 99) menciona como aspecto positivo dessa nova perspectiva de estudos a liberdade crítica e a capacidade de renovação. Outro ponto é sensação de estar em um new deal (uma nova oportunidade) sem ter um grande paradigma sobre nossas cabeças.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os estudos das concepções acerca da morte perpassam as questões filosóficas, pois a morte seria um fim temporal, fator que, excluído, já impossibilitaria um final. Prova disso é o que as algumas religiões pregam, que é um “ciclo terreno” que se encerra, ou seja, há uma convicção na inextinguibilidade:

A profunda convicção em nossa inextinguibilidade pela morte, que todo mundo carrega no fundo do coração, conforme também demonstram as inevitáveis inquietações da consciência à medida que a morte se aproxima, depende inteiramente da consciência da nossa natureza originária e eterna (SCHOPENHAUER, 2013, p. 20).

O fato de o homem se preocupar e ter medo da morte tem sentido quando se pensa filosoficamente que ele não é um mero sujeito cognoscente. Como afirma Schopenhauer:

Assim como somos atraídos para a vida pela pulsão totalmente ilusória à voluptuosidade, nela somos mantidos pelo medo igualmente ilusório da morte. Ambos derivam diretamente da vontade em si, não tem conhecimento. Se, ao contrário, o homem não fosse um ser meramente cognoscente, então a morte não teria de ser indiferente para ele, como também até mesmo bem-vinda (SCHOPENHAUER, 2013, p. 25).

O autor ainda aponta que o medo da morte parece inacessível, uma vez que se instala na vontade e não no conhecimento, o que justifica as concepções religiosas ou filosóficas a respeito da finitude, pois elas não estão mais na esfera da razão (leia-se intelecto ou cognoscência).

[...] contudo, o medo da morte permanece inacessível a tudo isso, pois ele se enraíza não no conhecimento, e sim apenas na vontade. Justamente pelo fato de que somente a vontade, mas não no intelecto, é indestrutível, também ocorre que todas as religiões e filosofias conferem unicamente às virtudes da vontade ou do coração, e não às virtudes do intelecto ou da cabeça, uma recompensa da eternidade (SCHOPENHAUER, 2013, p. 26).

A morte faz sentido na história, uma vez que, como escreve Schopenhauer (2013, p. 42): “com a morte, se perde a consciência, mas não se perde aquilo que a produziu e a conservou: a vida se extingue, mas com ela não se extingue o princípio da vida que nela se manifestava”. É justamente nesse ponto que podemos verificar que não é porque o sujeito

morre que se apaga sua vivência terrena: somos sujeitos produzidos pela história e com histórias.

Norbert Elias, em *A solidão dos moribundos*, reflete que é possível ao homem evitar a ideia da morte encobrindo e reprimindo a ideia indesejada ou aceitá-la como um fato da existência humana. A morte também é um acontecimento social e de difícil resolução, porque os vivos não se identificam com os moribundos. Segundo Elias (2001, p. 10), “a morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas” e não é ela em si, mas o conhecimento dela que cria problemas para os seres humanos. Como visto no tópico anterior, existe uma variação da experiência de morte ao longo do tempo. Essa variação pode se centrar em fatores culturais, religiosos, econômicos. A ideia de morte pode ser diferente também nos meios de comunicação. Para Elias (2001, p. 11):

Não só meios de comunicação ou padrões de coerção podem diferir de sociedade para sociedade, mas também a experiência de morte. Ela é variável e específica segundo os grupos; não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade: foi aprendida.

O modo como apreendemos a morte muda de acordo com o curso do desenvolvimento social; como já mencionado, é um tema de longa duração. Elias (2001, p. 14) afirma que “só a partir de uma perspectiva de longa duração, pela comparação de épocas passadas, percebemos quanto aumentou nossa segurança contra os perigos físicos imprevisíveis e as ameaças imponderáveis à nossa existência”.

A longa duração, que tem como expoente Fernand Braudel, discorre sobre o alargamento da noção de tempo nos estudos históricos. Uma das maiores críticas era endereçada às pesquisas que recaíam no tempo breve e de fôlego curto. Houve embates com teóricos, como Lévi-Strauss, que considerava a história apenas como a propedêutica de fatos conscientes.

François Fourquet (1989) aponta Braudel como um autor que distendeu nossa noção rasa de tempo e espaço. Houve um alargamento não só teórico, mas metodológico. Ele cita uma passagem de Braudel no artigo intitulado *Um novo espaço-tempo*, quanto à contribuição dessa nova perspectiva de duração dos fatos históricos, e nos lembra que “essa ampliação do quadro espaço-temporal da represen-

20 De acordo com Silva e Neves (2003, p. 3), no artigo: A morte em notícias: os significados e representações da morte e dos mortos em Belém na segunda metade do século XIX: “Platão declarou que a filosofia é uma meditação da morte, meditatio mortis. Para Cícero, ‘a vida filosófica é uma preparação para a morte’

tação produz novos objetos” (FOURQUET, 1989, p. 80).

Pierre Chaunu (1968, p. 38) aponta que “essa maneira nova de escrever a história constitui exatamente o grande acontecimento epistemológico das ciências humanas”, o qual chama de esforço global da história. Com Braudel, isso foi possível através da dialética das durações, ou seja, o historiador não reconstrói o tempo, mas o decompõe; assim, para além de uma definição restrita de tempo histórico ao pensar na multiplicidade temporal: curta, média e longa duração. A pequena duração está atrelada aos acontecimentos miúdos ou acontecimentais (tempo dos cronistas e jornalistas); o segundo se refere às conjunturas (história econômica ou ciclos e interciclos); e a última é das estruturas ou mudanças lentas. Os estudos de morte estão inseridos na longa duração, pois as atitudes diante desse fato não mudam de um dia para outro, e muitos costumes demoram até séculos para sofrer sutis diferenças. A morte também foi inserida na gama de novos objetos para a história, já que permite um comparativo de longa duração. De acordo com Elias (2001), as relações e posturas humanas diante do fim podem ser encontradas já nos mitos antigos:

A associação do medo da morte a sentimentos de culpa pode ser encontrada em mitos antigos. No paraíso, Adão e Eva eram imortais. Deus os condenou a morrer porque Adão, o homem, violou o mandamento do pai divino. O sentimento de que a morte é uma punição imposta a mulheres pela figura do pai ou da mãe, ou de que depois da morte serão punidos pelo grande pai por seus pecados, também desempenhou papel considerável no medo humano da morte por um longo tempo (ELIAS, 1982, p. 17).

Muitas dessas mudanças em torno da concepção de morte também se devem ao que Norbert Elias chama de impulso civilizador. Ela passa a ser, nos termos desse autor, “um perigo biossocial”.

Depois de um longo período em que a morte era algo familiar, domada ou “domesticada”, no século XX passa a ser de esfera privada (o processo civilizador a medicaliza). Entretanto, o jornalismo subverte essa lógica, transformando a morte em um assunto de interesse público. O próximo capítulo vai tratar de que maneira o jornalismo trabalha com esse tema na década de 1970 na cidade de Ponta Grossa.

MORRER: UM PRODUTO A VENDA? DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE A MORTE

A interdisciplinaridade com as teorias das notícias também se faz necessária para a compreensão do porquê a morte é algo noticiável. Considerada pelos teóricos da comunicação como acontecimento, deve-se perguntar: o que é acontecimento na comunicação? Miquel Alsina (2005) explana no livro *A construção da notícia* que o acontecimento é um fenômeno social determinado historicamente e culturalmente. O autor leva em conta quais acontecimentos merecem ser considerados e quais passam despercebidos.

A mídia possui uma função de interpretar a realidade, e os acontecimentos fazem parte do cotidiano e da cultura dos sujeitos. Seguindo o raciocínio de Alsina (2005, p. 154), eles serão a imagem que a própria sociedade vai oferecer de si mesma. Para isso, o autor enumera dez regras que determinam o acontecimento pela mídia. No caso, o que nos interessa é sobre morte/violência, quanto a que restam três aspectos:

a) a referência ao pessoal, ao privado e ao íntimo. Isso se refere às chamadas notícias de interesse humano, onde os leitores podem se sentir identificados com os protagonistas;

b) a distinção entre normalidade e anormalidade, acordo e discrepância, no tocante à orientação da conduta individual e sua valorização. Aqueles acontecimentos onde entram em jogo os valores sociais são colocados para assinalar valores não aceitos socialmente, e também para recopilar a polêmica existente sobre a sua aceitação;

c) a violência, a agressividade, a dor. Os delitos, os acidentes e as catástrofes recebem atenção importante dos meios de comunicação, os quais transmitem certa violência, e se nos sentíssemos envolvidos por toda a violência que acontece no mundo, não poderíamos deixar de nos sentir constantemente ameaçados.

Alsina (2005, p. 134) discute ainda que “todo fato social é um acontecimento em potencial para a mídia e toda a notícia é um acontecimento em potencial para a sociedade”, ou seja, a morte, como um fato social, pode ser um acontecimento para a mídia e se transformar em acontecimento para a sociedade, já que o jornalismo vai “pautar” certos assuntos entre o público.

Dito isso, cabe a pergunta: dado o acontecimento, o que é notícia? Alsina (2005, p.14) define que “a notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e [...] se manifesta na construção de um mundo possível”²¹.

Sobre a morte no cotidiano, Corrêa (2008, p. 17) afirma que vemos representada a morte do outro, pois:

A morte, nos dias atuais, não é mais que palavra ou notícia, exposta todos os dias várias e repetidas vezes, nos diferentes meios de comunicação: imprensa, rádio, televisão. A notícia de morte nos surpreende até nas telas dos nossos celulares e computadores, como se não bastasse a escuta e a leitura diárias do aumento de mortes nas estradas, nos campos de guerra, nos campos de refugiados, entre trabalhadores rurais, entre os sem terra, na guerra do tráfico. São exibidos corpos de crianças e jovens, vítimas de balas perdidas, encontrados jogados nos becos e nas favelas de nossas cidades. Sem falar na divulgação das estatísticas de mortes de vítimas da fome, da AIDS, do câncer e de tantas doenças endêmicas e terminais. Mas todas essas mortes que acontecem todos os dias são mortes dos outros, no geral, anônimos desconhecidos.

Corrêa ainda lembra que é comum a morte estar intercalada com os mais diversos assuntos e que se cria um espetáculo em torno da mesma:

É significativo registrar que notícias e imagens da morte sempre sejam intercaladas com resultados do futebol, com informes do sem número de escândalos na economia e na política, no governo e no judiciário. Todo esse filme é obrigatoriamente recheado de sugestivas fotos de belas mulheres e de homens de corpo atlético e sarado. Também não podem faltar tentadoras ofertas em comerciais vendendo carros, bebidas e até prometendo felicidade. Um **espetáculo** que todos são obrigados a assistir para se exercitarem na prática da “razão” cínica que se instalou na cultura contemporânea (CORRÊA, 2008, p. 18, grifo nosso).

Pode-se assim dizer que a morte é integrante do cotidiano permanente do ser humano. De acordo com Zygmunt Bauman (2008, p. 59), em *Medo Líquido*: “a morte é agora uma presença permanente, invisível, mas estritamente vigiada, em cada realização humana, profundamente sentida 24 horas por dia, sete dias da semana. A memória da morte é parte integrante de qualquer função da vida”.

A morte sempre foi e continua sendo pauta dos jornais nas páginas policiais já que fez parte da vida dos sujeitos: todos os seres humanos são finitos e a morte é um fator dado como certo na nossa existência.

MORTE E CONSTRUÇÃO DISCURSIVA: A IMPORTÂNCIA DOS REFERENTES LEXICAIS NA CONSTRUÇÃO DAS NARRATIVAS POLICIAIS E A CONSTRUÇÃO DO MEDO PELOS IMPRESSOS

Outra contribuição para o presente estudo vem da linguista Ana Rosa Ferreira Dias, no livro *Discurso da violência: As marcas da oralidade no jornalismo popular*. Nele, a autora faz uma análise do discurso da violência a partir do jornal *Notícias Populares*, no ano de 1991. A principal discussão é permeada pela aproximação da linguagem falada no processo de construção da notícia. A autora aponta que esse discurso da violência, apesar de se parecer com o coloquialismo, possui uma organização que segue uma sistematização sintática, e não somente uma transcrição da língua falada, já que a construção narrativa é pensada detalhadamente a fim de que se atinja o público-alvo (o leitor popular).

Através das manchetes, notam-se as marcas mais frequentes da oralidade, que podem ser divididas em quatro níveis: discursivo, fonético, morfológico e lexical. As formas do nível discursivo utilizadas pelo periódico *Notícias Populares* passam pelos elementos emocionais, o envolvimento do narrador, a transformação de notícias em narrativas (com a inclusão de diálogos), o exagero (efeito/estilo hiperbólico), a mistura de linguagem culta e popular (muitas vezes gerando confusão sintática), o fundo metalinguístico, o abuso de frases feitas, a utilização da malícia (sexualização dos referentes) e as frases verbais triádicas, ou seja, com três verbos. Mais adiante, Dias vai para o nível fonético, em que mostra uma deformação dos significantes através das reduções monossilábicas, das formas onomatopáicas, deformação de nomes próprios e modificação na terminação dos vocábulos. O nível sintático se pauta pela alteração da regência verbal. Por fim, o nível lexical que apresenta a utilização de metáforas, formas eufêmicas e gírias. A coluna intitulada *Zona Franca*, analisada nesta monografia, contém alguns desses elementos mencionados por Dias, espetacularizando a morte e transformando-a em notícias com apelo não só informativo, mas sensacional.

Já Leticia Cantarela Matheus, no livro *Narrativas do Medo* (2011), aborda a experiência simbólica da vida urbana a partir da perspectiva do despertar do medo que a mídia coloca com seu discurso. A autora faz um extenso apanhado bibliográfico utilizando

21 Alsina (2005, p. 14-15) ainda frisa que “notícia é uma produção de discurso e que como tal requer um processo de elaboração textual”.

grandes teóricos da história e da comunicação. No capítulo denominado “Imaginários do medo” (p. 43-70), a autora aborda recortes da mídia carioca e traça sua teoria do que seriam essas narrativas do medo. Matheus afirma que o medo (atuando como medida de controle social) pode funcionar como um importante instrumento de interpretação e investigação histórica, uma vez que é parte da matéria social. Ao longo da pesquisa, a autora discute quais as temáticas que despertam medo: a morte, a violência, a representação do perigo do outro, o preconceito racial, as sedições, bem como a desordem social presente nas páginas policiais. Entretanto, a morte torna-se um dos principais medos da sociedade contemporânea. Para Matheus, empurra-se a morte para as coxias da vida social, de forma que ela é menos “aceita” do que outrora. Contudo, ainda exerce fascínio no ser humano, visto que hoje pertence à ordem do proibido. O papel da mídia resgata a morte para a vida pública no “espetáculo da brutalidade quotidiana” (BARBOSA, 2009) em divulgar o inevitável.

Dessa maneira, pode-se dizer que o medo sempre fez parte da sociedade e é um tema histórico por excelência. As expressões ou simbolismos do medo vão mudando ao longo dos tempos e são os *mass media* que discorrem nas suas matérias “sobre quem deve temer e quem deve ser temido” (MATHEUS, 2011, p.70). Dessa maneira, monta-se um teatro melodramático, ou seja, é a mídia que vai dar valorização ao medo, legitimando-o através de seus discursos sensacionalistas, principalmente quando se trata da temática da morte.

A exacerbação do medo pela morte é nítida no jornalismo na década de 1970 pelo modo com que os jornalistas empregam seu discurso (nesse caso, não só textual, mas também no que tange à divulgação de imagens dos falecidos). É o caso do jornal *Diário dos Campos* da cidade de Ponta Grossa.

JORNALISMO SENSACIONAL, SENSACIONALISTA E MACABRO: A MORTE NA COLUNA ZONA FRANCA

Primeiramente se faz necessário uma definição sobre o que é “sensacional” e “sensacionalista”. De acordo com o dicionário *Michaelis* (2000, p. 1919), a

palavra “sensacional” significa: “Pertencente ou relativo à sensação. Capaz de produzir grande sensação”. Já o vocábulo “sensacionalismo”, no mesmo dicionário, denota: “Caráter ou qualidade de sensacional. Tendência a divulgar notícias exageradas ou que causem sensação”, ou ainda, em uma concepção filosófica: “Doutrina ou teoria de que todas as ideias são derivadas unicamente da sensação ou percepções dos sentidos” (p. 1919). Dessa maneira, pode-se dizer que existe um componente psíquico no jornalismo de sensação²².

Danilo Angrimani discute no livro *Espreme que sai sangue* (1995) o sensacionalismo na imprensa, começando pelo seu contexto histórico:

Ao se analisar a origem da imprensa em dois países diferentes: França e Estados Unidos, verifica-se que o sensacionalismo está ali, na origem do processo. Na França, por exemplo, entre 1560 e 1631, aparecem os primeiros jornais franceses *Nouvelles Ordinaires* e *Gazette de France* (ANGRIMANI, 1995, p. 19).

Angrimani ainda afirma:

Antes mesmo destes dois jornais, já haviam surgido brochuras, que eram chamadas de “occasionnels”, onde predominavam “o exagero, a falsidade ou inverossimilhança [...] imprecisões e inexatidões”. Esses “occasionnels” relatavam também *fait divers*²³. No século XIX, faziam muito sucesso na França os “canards”, jornais populares de apenas uma página, impressos na parte frontal e que comportavam título, ilustração e texto. Os “canards” mais procurados, segundo Seguin, eram os que relatavam *fait divers* criminais: crianças martirizadas ou violadas, parricídios, cadáveres cortados em pedaços, queimados, enterrados. Assim como eclipses, grandes catástrofes, tremores de terra, inundações, desastres de trem, naufrágios (ANGRIMANI, 1995, p. 19-20).

O autor investiga a fundo as dimensões que o sensacionalismo desperta na sociedade a partir de conceituações teóricas da comunicação, da sociologia e, principalmente, da psicologia, uma vez que utiliza como principal interlocutor Sigmund Freud. O motivo da escolha teórica de Angrimani é que o denominado “sensacionalismo” atua no campo do imaginário, pois é nele que revelamos nossos desejos, aspirações, angústias e temores. Através do imaginário, fazemos ligações profundas com o inconsciente, e a cultura de massa passa a ser uma utopia concretizada do psíquico²⁴.

22 Danilo Angrimani (1995, p. 15) cita Marcondes Filho (1986) ao apontar que a prática sensacionalista é um nutriente psíquico, desviante ideológico de pulsões instintivas e também o grau mais radical da mercantilização da informação.

23 “Termo do jornalismo que quer dizer os assuntos não categorizados nas editorias tradicionais”. Definição retirada de: <http://www.dicionarioinformal.com.br/fait-divers>. Acesso em: 26 jul. 2015.

24 Refere-se aos códigos inconscientes que a mídia veicula. Muitas vezes nem os jornalistas percebem as implicações psíquicas do que produzem.

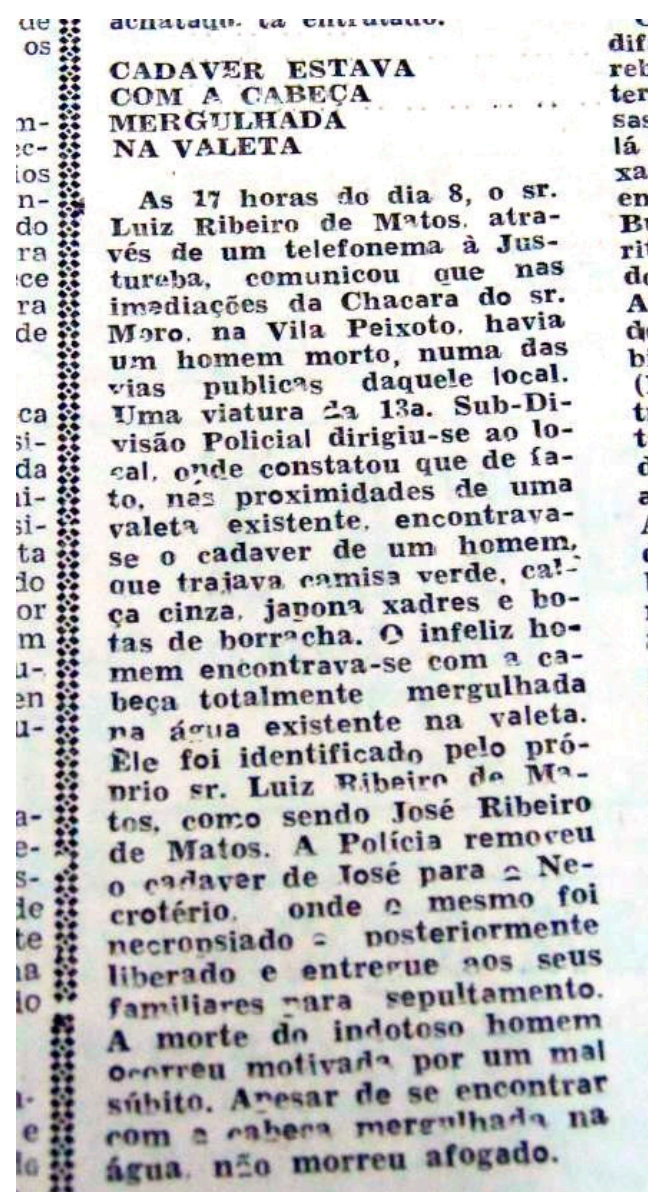
De acordo com Angrimani, não importa qual seja o contexto, quando alguém quer acusar um veículo de comunicação, um dos primeiros adjetivos que vem à cabeça é “sensacionalista”. Para o autor, “por ser totalitário, o termo leva à imprecisão” (ANGRIMANI, 1995, p. 13), pois o leitor, o ouvinte ou o telespectador entende o sensacionalismo como palavra-chave que remete a toda informação que a ele pareça exagerada na coleta de dados. Além disso, “quando se enclausura um veículo nessa denominação, se faz tentativa de colocá-lo à margem, de afastá-lo dos mídias ‘sérios’” (p. 14). Para Angrimani (1995, p. 15), “o jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece”.

O autor comenta que, sem falar da questão da morbidez e da imoralidade envolvidas, o termo sensacionalismo poderá ser usado para o tratamento que um periódico dá a crimes, desastres, sexo, escândalos e monstrosidades. Um exemplo desse caráter mórbido é a notícia de 10 de dezembro de 1976 do *Diário dos Campos*, com o seguinte título: “Cadáver estava com a cabeça mergulhada na valeta” [Figura 6]. O texto, que apela para o escracho já no título, com o uso da palavra cadáver, ainda tem no seu *corpus* o uso do adjetivo “infeliz”, bem como uma descrição de como fora encontrado o morto.

Outro exemplo é a nota de 11 de outubro de 1977 que tem como título: “Morreu sangrando” [Figura 7]. Na matéria, contava-se que um homem estava com um ferimento na perna e que estava trabalhando mesmo machucado; depois de algum tempo passou mal e se “esvaiu em sangue”, vindo a falecer posteriormente.

A coluna, mesmo que em narrativa curta, lembra os boletins de ocorrência da polícia. Nela, o jornalista produtor da matéria não poupa adjetivos de impacto para falar dos defuntos em uma linguagem coloquial. De acordo com Dias (1996, p. 94), “a força expressiva da língua falada com suas potencialidades de comunicação imediata, potencializa, no jornalismo popular, o registro sensacionalista dos fatos”. A *Zona Franca*, ao noticiar as mortes, busca pelo choque e os escândalos já nos títulos.

Figura 6 – Zona Franca (Jornal *Diário dos Campos*) de 10 de dezembro de 1976

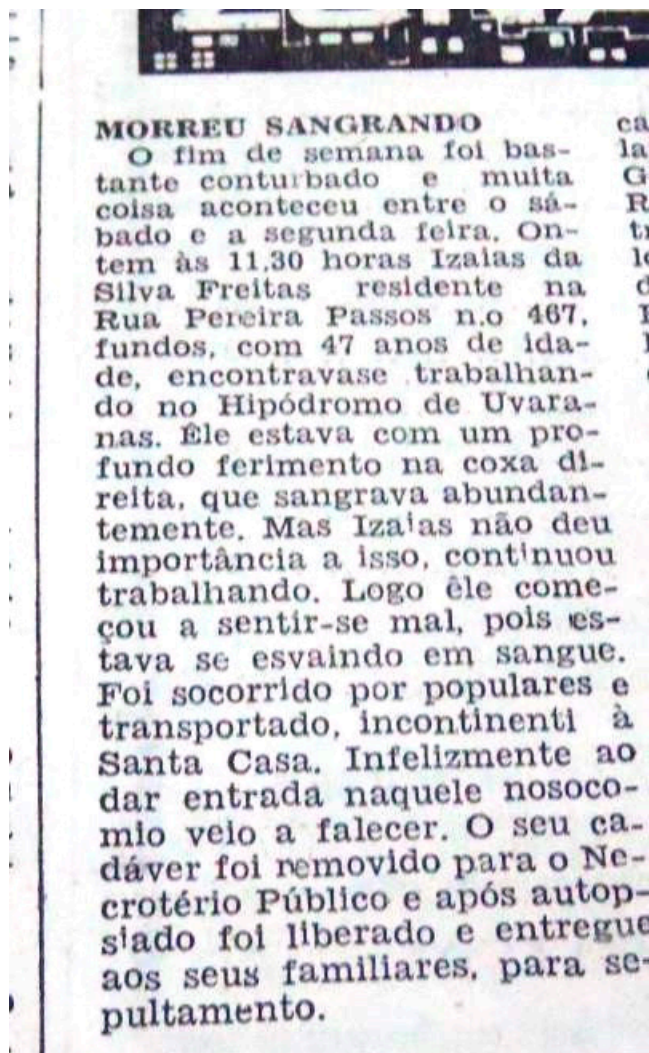


Fonte: Arquivo pessoal

Dentre outros exemplos do macabro e da morbidez temos os seguintes títulos:

- Matou a passarinheira com 9 facadas* – 20 de janeiro de 1977;
- Encontrado com a cabeça decepada* – 23 de março de 1976;
- Morreu o jovem que teve o braço esmagado* – 24 de fevereiro de 1977;
- Foram nadar e deram de cara com um pé junto* – 24 de janeiro de 1977;
- Lavrador encontrado morto e queimado* – 25 de janeiro de 1977.

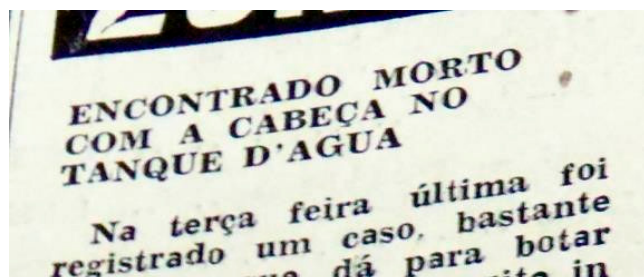
Figura 7 – Jornal *Diário dos Campos* de 11 de outubro de 1977



Fonte: Arquivo pessoal

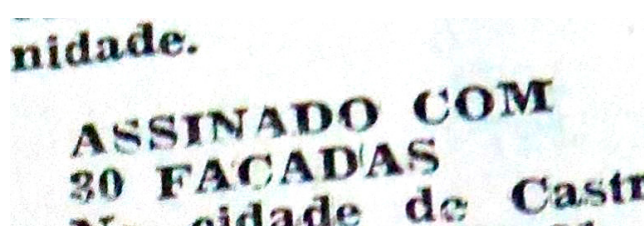
Alguns títulos ainda davam detalhes do tipo de morte ou como o falecido foi encontrado, como demonstram as figuras 8, 9 e 10:

Figura 8 – Jornal *Diário dos Campos* de 02 de setembro de 1976.



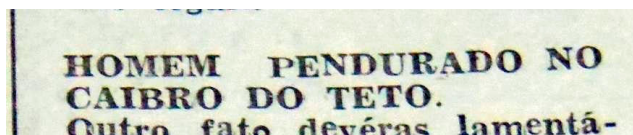
Fonte: Arquivo pessoal

Figura 9 – Jornal *Diário dos Campos* de 04 de abril de 1977.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 10 – Jornal *Diário dos Campos* de 20 de setembro de 1976.



Além desse apelo discursivo, seja nos títulos impactantes ou no próprio *corpus* textual, a página ainda poderia trazer fotos dos mortos, como acontece na notícia do dia 28 de agosto de 1977, cujo título é: “Identificado o puxador acidentado e morto na Vila Velha”. Nessa nota, o rosto do falecido era exposto com a seguinte legenda: “Este não é Wilson Casagrande. É João Carlos Fanis, o puxador de carangos morto em acidente na Vila Velha, após roubar um fusca na Vila Velha” [Figura 11].

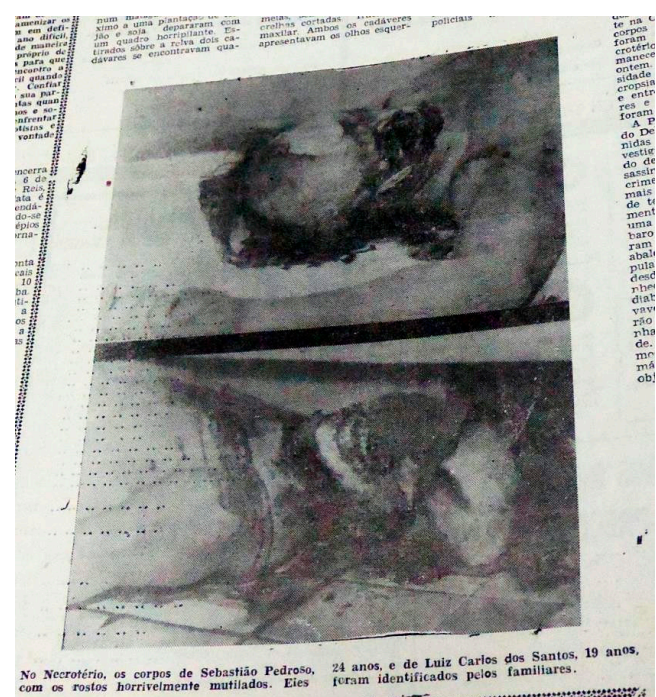
Figura 11 – Coluna *Zona Franca* também utilizava fotos nas notícias. Nota de 28 de agosto de 1977



Fonte: Arquivo pessoal

Outro ponto a ser explicitado se refere ao outro espaço destinado a notícias maiores e mais trabalhadas, geralmente acima da coluna *Zona Franca*. Uma dessas notícias tem como manchete “*Crime diabólico abala a cidade: Cadáveres de dois jovens encontrados escarpelados e perversamente desfigurados*” e mostra duas imagens de corpos no necrotério em detalhe [Figura 12]. Um mês depois, outra foto seria destaque: era um cadáver desconhecido, a notícia data de 24 de fevereiro do mesmo ano e possui como título “*Achado macabro nas margens da PR-151*” [Figura 13].

Figura 12 – Notícia com foto do dia 04 de janeiro de 1977. *Diário dos Campos*. Título: “*Crime diabólico abala a cidade*”.



Fonte: Arquivo pessoal

Para entender a maneira como o jornalismo constrói seu discurso sobre a morte pode-se utilizar a análise de conteúdo (AC), que Heloiza Golbspan Herscovitz, em *Metodologia de pesquisa em jornalismo*, aponta poder ser empregada em estudos exploratórios e descritivos:

Pode ser utilizada para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Serve também para descrever e classificar produtos, gêneros e

formatos jornalísticos, para avaliar características da produção dos indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e para comparar o conteúdo jornalístico de diferentes mídias em diferentes culturas (HERSCOVITZ, 2010, p. 123).

Figura 13 – Notícia de 24 de fevereiro de 1977 com foto. Título: “*Achado macabro às margens da PR-151*”.



Fonte: Arquivo pessoal.

Partindo do pressuposto da AC, portanto, foram utilizados temas ou palavras-chaves para classificar os assuntos mais pautados no jornal, de modo a oferecer um panorama geral dos conteúdos mais trabalhados durante os três anos analisados nesta monografia. Partindo dessa questão, Herscovitz lembra que as palavras entram como unidades de registros, cujo processo é importante na compreensão de um texto ou, neste caso, de uma coluna. O objetivo não é analisar quantitativamente, mas dar um panorama de quais os assuntos mais elencados pelo periódico.

A coluna possuía uma multiplicidade de temas. Por se tratar de um espaço “policial”, as notícias tratavam de violência²⁵, roubos, mortes, etc. Deve-se levar em consideração que, no final da década de 1970, a cidade de Ponta Grossa passava por um momento de crescimento urbano com a atração de contingentes populacionais e a ampliação do quadro urbano e do sistema viário. Consequentemente, verifica-se um aumento no número de casos de violência, acidentes ou mesmo a falta de atendimento na saúde pública.

25 De acordo com Dias (1996, p. 99): “A apreensão da violência é complexa. Porque sendo um produto de sociedades ela muda de fisionomia e de escala de acordo com as mudanças dos aspectos da vida social”. A autora revela que a violência pode ter inúmeros sentidos. Etimologicamente, vem do latim violentia, caráter violento ou brávio, força: “o verbo violare significa tratar com violência, profanar, transgredir” (p. 100). Do ponto de vista do Direito Penal e Civil, a violência seria elemento de uma força física que pode ser identificada com seus efeitos “e com um outro mais imaterial, de transgressão, vinculado ao dano a uma ordem normativa” (p. 100). Como dado físico ela é facilmente identificável como violação de normas.

Partindo da perspectiva de uma análise de conteúdo, temos o seguinte quadro dos assuntos mais elencados:

Quadro I – Assuntos mais elencados no *corpus* de pesquisa.

Temas principais ou assuntos-chave	Exemplos (títulos)
Mortes por acidentes	“Ônibus caiu na grot: 2 mortos e um montão de feridos” (11 de agosto de 1976)
Mortes por mal súbito	“Mal súbito matou a anciã” (08 fevereiro de 1977)
Mortes por Suicídio	“Tresloucado gesto de um morador de Itaiacoca” (04 de fevereiro de 1977)
Mortes de indigentes	“O frio está matando indigentes” (02 de julho de 1976)
Mortes inusitadas	“Recebeu o santo caiu e morreu” (05 de março de 1978)
Mortes de personalidades (autoridades, empresários, etc.)	“O acidente da família Milleo: Morreu Maurício” (18 fevereiro de 1977)
Mortes em via pública	“Ancião morreu na viu pública” (20 de agosto de 1976)
Mortes sem assistência	“Nenenzinho morreu sem assistência” (02 de junho de 1977)
Outros tipos de morte	“Morto do que? Respondam” (22 de maio de 1977)

Fonte: o autor.

De acordo com Angrimani (1994), a morte no jornal é celebrada como espetáculo e nos impressiona por lembrar aos seres vivos a “imagem de seu destino”. Para o autor, “jornal atende uma necessidade do inconsciente, onde o cadáver ilustrado morre por procuração no lugar do leitor” (ANGRIMANI, 1994, p. 56). O autor aponta ainda que:

A morte no jornal sensacionalista não pode ser signíca. Isto é obedecendo à linguagem que se processa pelo clichê. Dessa forma, a morte sensação difere da morte dos filmes e seriados de TV, onde aparece identificada significativamente. A morte sensacionalista é narrada em linguagem clichê e admite nuclearização, por se referir a vários tipos de morte. Às vezes, o cadáver fará rir, às vezes, atrairá descargas projetivas sádicas, recalçadas, punitivas, vingativas; às vezes, tem um registro corriqueiro, às vezes, compõe uma história imaginosa.

Dessa maneira, como aponta o mesmo (1994, p. 57), tanto “o assassinato, o suicídio, o estupro, a vingança, a briga, as situações conflitantes, as diversas formas de agressão sexual, tortura e intimidação ganharam destaque e merecem ser noticiadas no jornal de sensação”, ou seja, o termo

sensacionalismo está intimamente ligado à morte e ao sangue derramado.

Outro fator a se mencionar é que a finitude é quase um “culto fetichizado” partilhado, isto é, ela é uma relação a três (a tríade morte-jornal-leitor), na qual “ocorre uma jubilação secreta, obscena, onde a morte do outro é saboreada como “espetáculo”²⁶ (ANGRIMANI, 1994, p. 56).

A morte, nesse caso, torna-se para a mídia um produto vendável e público, diferente das concepções já mencionadas neste trabalho de pertencer à esfera privada. Vimos no capítulo anterior que ela é cada vez mais “higienizada”, varrida para debaixo do tapete e afastada do dia-a-dia do mundo vivo, ficando a cerimônia restrita ao universo familiar ou dos mais próximos. A morte no jornalismo sensacional é subvertida e transformada em assunto público e de viés mercadológico, já que se torna um estímulo de venda.

26 36 Angrimani (1994) se inspira em Baudrillard para explicar essa relação do fetiche com a morte.

A MORTE COMO NOTÍCIA DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA: DIFERENÇAS NAS CONSTRUÇÕES JORNALÍSTICAS COM AS DÉCADAS ANTERIORES

Uma transformação ao se noticiar a morte diz respeito à maneira como o discurso é construído pelo periódico. Mas, antes, o que é discurso nesse caso? Dias (1996, p. 105) cita Maingueneau (1976), que vê o discurso como “o resultado da articulação de uma pluralidade mais ou menos grande de estruturas transfáticas, em função das condições de produção, articulado com elementos ideológicos”, ou seja, o discurso fica a cargo do produtor e pode ter vários significados; não existe discurso neutro, uma vez que ele é conectado por um fio ideológico de quem o produz. No caso da notícia, ela apresenta um caráter público ou uma “narrativa pública”²⁷.

Antes da forma de narrativa breve em formato de boletins de ocorrência, as notícias sobre morte eram mais extensas e tinham uma versão romanceada. Prova disso são os textos da década de 1950 do jornal *Diário dos Campos* (DC). No livro *Tragédia silenciosa*, Alvaro Daniel Costa e Franciely Menezes Almeida (2010, p. 37-39), verificam que, no dia 7 de setembro de 1952, o DC utilizou recursos literários para divulgar a morte de J. D.²⁸, um jovem comerciante da cidade. O título era: “Fugiu da vida quando mais precisa viver”²⁹:

Foi na tarde de ontem, uma linda tarde ensolarada, o céu coberto de um lindo azulado, prenunciando a chegada da primavera, e, a marcar também o mês das flores. A cidade em festa, com suas ruas repletas de flores das mais variadas cores a assinalar a recepção de Nossa Senhora Aparecida a padroeira milagrosa deste nosso Brasil. Tudo era luz e tudo

era alegria, nesta nossa Princesa dos Campos o sol já não irradiava aquela mesma luz, e a limpidez do céu já se emoldurava de pequenas nuvens, como que a anunciar que alguma coisa ia acontecer. Era uma alma que fugia do mundo e se projetava no espaço celestial à procura da casa de Deus, de quem pretendia se aproximar por motivos que ninguém conhece. Esquecera-se a pobre alma que o seu dever cristão era aqui permanecer se debatendo embora com angustiantes problemas, resignadamente à espera da hora certa, infalível, em que Deus devêra chama-la. Tudo emudeceu, para ceder lugar à notícia de que um jovem, cheio de vida, pertencente a destacada família desta cidade, fugira da vida quando mais precisava viver, dês que, noivo, estava em preparativos para contrair núpcias, com uma jovem que muito o idolatrava. Trata-se de J. D., de 24 anos de idade, filho da sra. d. F. D. e do Sr. T. D., de saudosa memória. O desditoso jovem, proprietário do Antartica Bar, que adquerira de data recente, vivia satisfeito, em perfeita harmonia com todas as pessoas de sua família, e, até pelas 16 horas de ontem folgazão, sorridente para com todos os amigos e freguezes do seu estabelecimento comercial, sem deixar transparecer que decidira suicidar-se. Seriam 17 horas quando o empregado do Bar, sentindo falta do seu patrão que rumara para os fundos do edifício, sito à rua 15 de Novembro, nr. 272, foi procura-lo, voltando imediatamente espavorido, pois que te para com J. caído, num pequeno corredor cimentado, ainda nos últimos estertores da morte. Ao lado corpo do translocado jovem havia u'a meia garrafa e uma colher, e da sua boca, como pelas fósas nazais, saía abundante espuma.

Não havia qualquer duvida, J. fugira à vida, pelo suicídio. [...]” (DC, 07/07/1952)

Outro exemplo é a matéria de 20 de junho de 1956 que tem como título “Doloroso epílogo das três meninas”, que apresenta uma narrativa cheia de detalhes de uma forma bem literária.

Figura 14 – *Diário dos Campos* 20 de junho de 1956.



Fonte: Arquivo pessoal

27 Dias (1996, p. 105) cita Teun A. van Dijk quando afirma que “os relatos de notícias são, na verdade, uma forma de narrativa pública. Entretanto, junto com outras dimensões, os relatos são também diferentes das histórias convencionais do dia-a-dia ou das narrativas literárias”. Por essa razão, “diferente da maioria das formas de narrativa ficcional, o discurso da notícia é de qualquer maneira, destinado ao informe, relato, isto é, à representação de eventos verdadeiros. Aparentemente, pelo menos, não é sua intenção divertir, mas informar o leitor. Dessa forma, há diferenças semânticas e pragmáticas entre histórias de notícias e outras formas de narrativa”.

28 Nome ocultado.

29 Mantida a grafia original da época.

As matérias e títulos foram se modificando ao longo das décadas. Se antes eles eram extensos e opinativos, anos mais tarde adquiriram características mais sintéticas, embora os jornais ainda fizessem uso de recursos para emitir um pré-julgamento do que viriam a noticiar. Na década de 1970, a coluna Zona Franca apresentava os fatos policiais da cidade de forma popularesca e através de uma linguagem coloquial.

Angrimani (1995, p. 17) revela que “a narrativa [sensacionalista] transporta o leitor; é como se ele estivesse lá, junto do estuprador, ao assassino, ao macumbeiro. Ao sequestrador, sentindo as mesmas emoções”. O autor ainda aponta que “é na exploração das perversões, fantasias, na descarga e instintos sádicos que o sensacionalismo se instala e mexe com as pessoas” (p. 17), ou seja, o sensacional (que dá título a essa monografia) se refere à carga de emoções atribuída em uma notícia de morte.

O sensacional/sensacionalismo pressupõe o descarregamento de cargas psíquicas no leitor ou, como fala Angrimani, têm um fundo sociopsicológico específico³⁰. Dias (1996), usando o periódico Notícias Populares como exemplo, aponta que este veículo opta por exacerbar as emoções dos leitores, pois as notícias sensacionais têm intuito de chocar/escandalizar. O escândalo, nesse caso, reside em mostrar o que é proibido ou oculto, externar o corriqueiro e vulgar para emocionar o público além dos graus normais de tensão do psíquico.

Para Dias (1996, p. 95), “a imprensa sensacionalista é um tema polêmico no âmbito da comunicação de massa, principalmente quando o tópico em destaque é a violência”. A autora cita Barbosa Lima Sobrinho para dizer que a violência não é apenas um desvio da imprensa, mas própria à tendência universal do jornalismo. Deve-se acrescentar ainda que a morte faz parte dessa tendência, visto que ela está inserida na lógica mercadológica da notícia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A morte é um tema que gera inúmeros debates por se tratar de um momento complexo nas

relações humanas. É um assunto que chega até a transcender a esfera do real. Por essa razão, vê-se a dificuldade de congregar como o homem concebe a morte ao longo dos tempos. A finitude, enquanto tema de longa duração, permite fazer comparações com vistas a verificar mudanças e permanências. Este trabalho partiu de uma concepção geral da morte até chegar à maneira como a mídia constrói seu discurso em torno dela. Como já debatido, não tem como se estudar a morte sem recorrer à interdisciplinaridade. Ela passa por áreas como a filosofia, a religião, a sociologia, a cultura e até mesmo a mídia, como foi debatido neste trabalho.

Como aponta Edgar Morin em *L'homme et la mort*, a morte introduz no homem uma ruptura devido à linguagem – pois é através dela que o sujeito passa a dar significado a suas ações referentes à finitude –, a qual vai ser revolucionária. Para o autor, no *Préface à la deuxième édition*:

La mort introduit entre l'homme et l'animal une rupture plus étonnante encore que l'outil, le cerveau, le langage. Bien des espèces disposent, avec leurs membres, d'un quase-outillage, et ce qui différencie l'homme c'est l'outil fabriqué, séparé du corps. L'intelligence corticale de l'homme est fruit d'une évolution qui se poursuivait chez les espèces supérieures. Le langage, qui porte en lui ce qu'il y a de plus révolutionnaire dans l'homme (MORIN, 1970, p. 17).

É através da linguagem, dos simbolismos e das ações que os sujeitos criam significados para a morte nas mais diversas culturas. Aqui no Brasil, passamos de uma cerimônia pública para um universo privado na percepção da finitude. Morrer, como o título que João José Reis atribuiu a uma de suas obras, era uma festa. Aos poucos, com o avanço da medicina, o fim humano é afastado cada vez mais, o que faz gerar uma crise da morte ou, como Morin (1970, p. 299) aponta, “a partir de la deuxième moitié du XIX siècle, une crise de mort commence”, pois ela começa a ser repensada como um problema de saúde pública através das teorias miasmáticas, o que faz mudar a concepção de morte para as pessoas. Em um processo lento, começam a afastá-la de seu cotidiano e até mesmo reprimi-la. Se antes era “naturalizada”, inclusive para as crianças, hoje se evita até comentar sobre a morte no seio familiar,

30 Angrimani (1995, p. 17) cita Marcondes Filho quando diz que “o trinômio escândalo-sexo-sangue aponta, pois, para os três níveis de maior enfoque do jornal sensacionalista, sendo a moral, o tabu e repressão sexual e, por fim, a liberação de tendências sádicas do leitor o fundo sociopsicológico desse tipo de jornalismo”.

ou, utilizando o termo de Ariès, ela é domada. Corrêa (2008, p. 19) afirma que, por essas vias, o real da morte é, por obrigação, em toda parte encoberto, velado, no que ele chama de cultura de negação. Para o autor, “a situação de ocultação e a negação da morte atingiu seu grau máximo, sustentada pelo aparato técnico- científico à disposição dos cuidadores da vida no espaço hospitalar” (CORRÊA, 2008, p. 11); e isso exigiu à sociedade contemporânea a criação de uma nova ética frente ao fim humano.

Se antes a morte era um evento com um grande número de pessoas – parentes, amigos, conhecidos e até mesmo desconhecidos –, ela passa a ser cada vez mais solitária, como Norbert Elias indica já no título da obra *A solidão dos moribundos*. A morte fica restrita aos parentes e até o local do fim passa a ser outro: o hospital. Enquanto a morte vai se tornando cada vez mais privada, a mídia subverte isso e a torna um assunto público. Morrer passa a ser sinônimo de mercadoria, uma vez que a notícia é um produto para ser consumido. Entretanto, para que isso ocorra e para que ela seja “vendida”, deve-se deixá-la atraente, ou seja, utilizar-se de sensações, e por isso o sensacional e o sensacionalismo.

O jornalismo impresso, ao mostrar a morte, torna-a escrachada, trazendo a espetacularização³¹ para o veículo divulgador. Na cidade de Ponta Grossa, o jornal *Diário dos Campos*, através da coluna *Zona Franca*, na década de 1970, reproduzia um tipo de discurso que apelava para despertar os sentidos através da adjetivação e da exacerbação dos léxicos referenciais ou ainda pelo uso de imagens “ilustrativas” dos mortos até mesmo no IML. Deve-se ainda ter em mente que as notícias de morte sempre estiveram presentes nos periódicos do mundo todo. Mas a exacerbação nos jornais princesinos tomou contornos ainda mais sensacionalistas somente na década de 1970, com um formato parecido com os boletins de ocorrência da polícia, mas com um toque de humor, sarcasmo, drama, ou seja, as sensações já mencionadas, chegando ao ponto de se tornar sensacionalista, agora sim em um sentido pejorativo, quando potencializava essas sensações.

Esse trabalho focou justamente na relação entre mídia, universo privado e público e como essas categorias são muitas vezes conflitantes, já que a

morte pertence ao privado, enquanto as notícias da finitude são de finalidade pública. Ao divulgar para a massa, o periódico torna-a vendável, contudo, a mídia também constrói uma **memória da morte**. A finitude, como um problema histórico, merece atenção pela sua dimensão social e pela maneira como os sujeitos a encaram ao longo dos tempos.

REFERÊNCIAS

ALIGHIERI, Dante. **A Divina Comédia**. 3 ed. São Paulo: Scipione, 1996.

ALVES, Fábio Lopes; GUARNIERI, Ivanor Luiz. **Utilização da imprensa escrita para a escrita da História**. Disponível em: www.fnpij.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view-1122/77. Acesso em: 10 abr. 2013.

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. **Irmãos de cor e de Fé: irmandades negras na Parayba do século XIX**. Dezembro de 2006, 115 f. Dissertação – UFPB. João Pessoa, 2006.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.

ARGOLO, José Amaral. **Reflexões sobre o jornalismo investigativo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.

ARIÈS, Phillippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Trad. Priscila Viana de Siqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. AYMARD, Maurice et al. *Ler Braudel*. Campinas, SP: Papirus, 1989. BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

_____. **Por uma história dos sistemas de comunicação**. *Contracampo*. Publicação do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Niterói, v. 1, n. 1, jul./dez. 1997.

31 Além da morte como espetáculo, Angrimani (1995) revela o aspecto de fetichização pela morte.

- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.
- _____. **O que é História Cultural?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.
- CAPUTO, Rodrigo Feliciano. **O Homem e suas representações sobre a morte**. *Saber acadêmico: Revista Interdisciplinar da UNESP* n. 6, dez. 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COSTA, Alvaro Daniel; ALMEIDA, Franciely Menezes. **Tragédia Silenciosa**, 2010. CORRÊA, José de Anchieta. *Morte*. São Paulo: Globo, 2008.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CHIAVENATO, Júlio José. **A morte: uma abordagem sociocultural**. São Paulo: Moderna, 1998.
- CERQUEIRA, Jaqueline. **Qual é o papel da imprensa**. *Observatório da Imprensa*, 2008. ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- DAPIEVE, Arthur. **Morreu na contramão: o suicídio como notícia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. **Discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1996.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. *Análise de conteúdo em jornalismo*. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Cláudia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- HUIZINGA, Johan. **O Outono da Idade Média**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- KOFF, Rogério Ferrer. *Linguagem e Intencionalidade: a questão da objetividade e os limites da ética jornalística*. In: **A cultura do espetáculo: sete estudos sobre mídia, ética e ideologia**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. (Coleção Comunicação e Contemporaneidade).
- MATHEUS, Letícia Cantarella. **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.
- MEDEIROS, Márcia Maria de Medeiros. *Concepções historiográficas sobre a morte e o morrer*. In: **Dossiê Religião e Religiosidade**. v. 5, n. 6, dez. 2008.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. São Paulo: Summus, 1998.
- MICHAELIS 2000: **moderno dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000, 2v.
- MOLOTCH, Harvey; e LESTER, Marily. *As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos*. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1993, p. 34-51.
- MORIN, Edgar. **L' homme et la mort**. Paris: Éditions Du Seuil, 1970.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- REVEL, Jacques. *Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica*. In: _____. **Proposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2009, p. 97-137. SALOMÃO, Mozahir. *Quando a vítima é notícia*. *Observatório da Imprensa*, 2004.
- SANTOS, Dominique Vieira dos. **Acerca do conceito de representação**. *Revista de Teoria da História*, v. 3, n. 6, dez. 2011.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **Sobre a morte: Pensamentos e conclusões sobre as últimas coisas**. São

Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

SILVA, Érika Amorim da; NEVE, Fernando Arthur de Freitas. **A morte em notícias:** os significados e representações da morte e dos mortos em Belém na segunda metade do século XIX. In: ANPUH-XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa.

SUPERTI, Eliane. **O positivismo de Auguste Comte e seu projeto político.** Disponível em: <http://portal.estacio.br/media/3708663/eliane-superti.pdf>. Acesso em: 22 jun, 2015.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. **História Comparada:** olhares plurais. *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, jun. 2007.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo:** porque as notícias são como são. 2 ed. Florianópolis: [s.n], 2005.

VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou o trabalho de luto.** São Paulo: UNESP, 2008.